



BOLETIM DO
INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO
NOVA SÉRIE | MAIO 2004 | N.º 2

R O T E I R O S

Machiavel: a Ciência Política

Novos Países na União Europeia

Portugal e os Novos Desafios

Ensino Livre

Educação do Carácter

LIVROS

PEDRO CARDOSO E AS INFORMAÇÕES EM PORTUGAL

TERRORISMO

O ALARGAMENTO DA UE

O QUARTO EQUÍVOCO

PRECISARÁ A AMÉRICA DE UMA POLÍTICA EXTERNA?



Índice

NOTA DO DIRECTOR

Um lugar próprio	3
Miguel Anacoreta Correia	

ENSAIO

Nicolas Machiavel: a Ciência Política	5
Adriano Moreira	

ACTUALIDADE

Que Europa?

De encruzilhada em encruzilhada	14
Maria Eduarda Azevedo	

Uma nova Europa - Um novo tempo	17
Guilherme d'Oliveira Martins	

A Europa no momento actual	21
Joaquim Miranda	

As lições do 11 de Março	24
Paulo Casaca	

Na hora do alargamento	27
Miguel Anacoreta Correia	

O alargamento da União Europeia - Novos vizinhos	35
Maria Regina de Mongiardim	

DEBATE

Portugal e os novos desafios

A adesão de novos países à UE	46
Manuel Monteiro	

Ensino livre

A derradeira salvaguarda da educação do carácter	55
João Carlos Espada	

RECENSÃO

Informações e Segurança62

Adriano Moreira

As informações em Portugal.....67

Adriano Moreira

Terrorismo71

Helena Matos

O alargamento da União Europeia

Novos Vizinhos75

Adriano Moreira

O Quarto Equívoco79

Maria Emília Brederode Santos

Precisará a América de uma Política Externa?

Uma Diplomacia para o século XXI83

Maria Regina de Mongiardim

Um lugar próprio

As numerosas cartas e outras mensagens que recebemos, a propósito do número anterior de "ROTEIROS", foram a melhor recompensa para o trabalho de relançar uma revista que se pretendia que, simultaneamente, apresentasse características novas e guardasse os traços fundamentais do anterior Boletim!

Neste número, além da inclusão de comunicações feitas pelos oradores nos debates que mensalmente animam a nossa Sede, ROTEIROS inclui, também, um conjunto de artigos sobre a temática europeia, escritos por conceituados especialistas na matéria. Pretendemos, assim, associar-nos à reflexão sobre a Europa, que umas eleições para o Parlamento Europeu devem provocar!

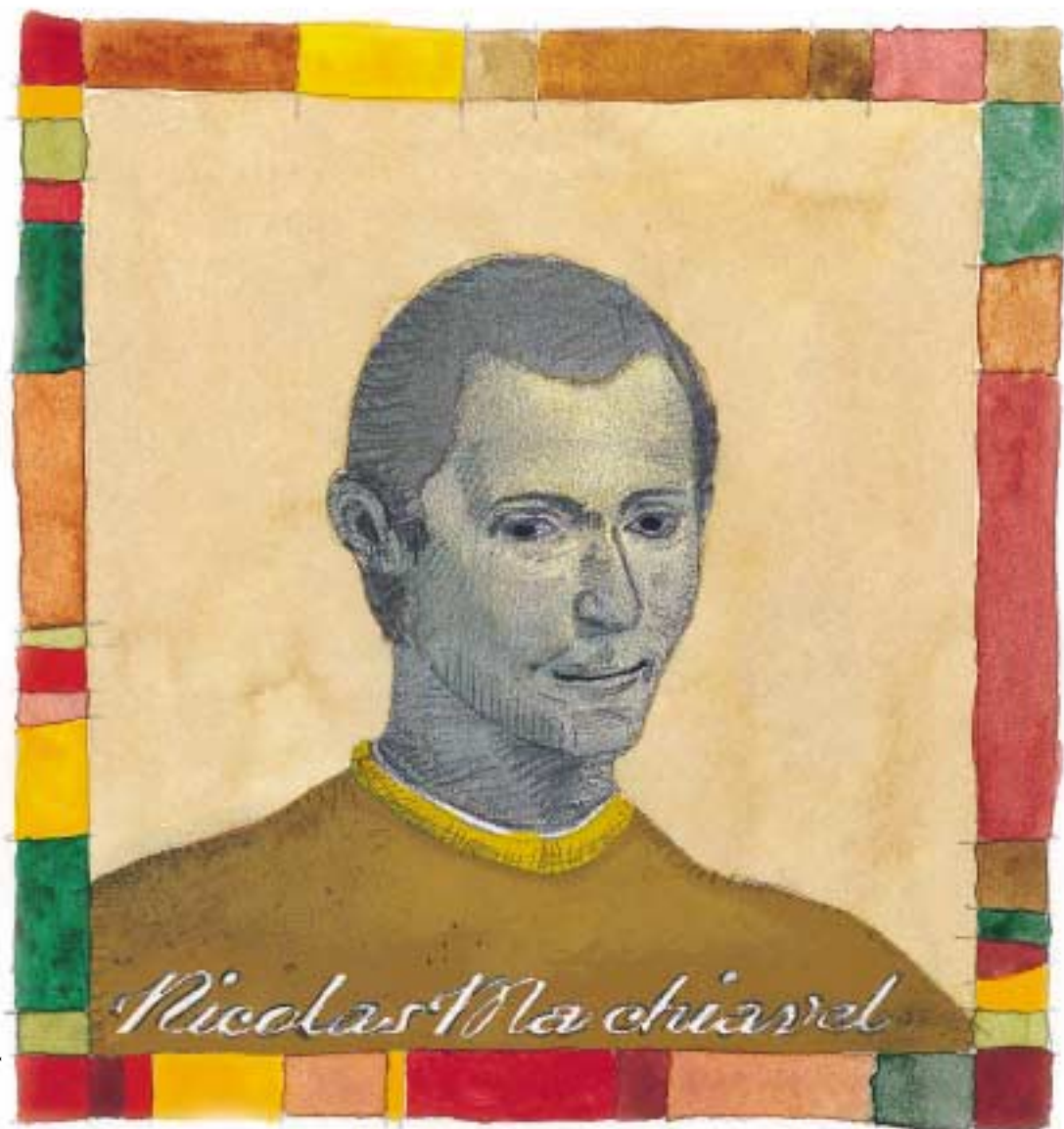
No capítulo das recensões apresentamos alguns nomes que, doravante, passarão a colaborar regularmente com o Instituto D. João de Castro.

Com mais de 1200 exemplares distribuídos através de um "mailing" exigente e criterioso, "ROTEIROS" tem, a partir de agora, um lugar próprio no conjunto das publicações que se dedicam à Reflexão Política e à temática da Cultura em Portugal.

Ainda neste ano de 2004, procuraremos fazer sair a publicação referente ao Curso "Presença Portuguesa no Oriente" e um novo número da Revista, a sair no Outono, dedicado aos problemas do multilateralismo. É nossa intenção aumentar a circulação da Revista. Muitos pedidos nos têm chegado nesse sentido. Tal só será possível, mantendo o carácter gratuito da mesma, se as empresas a quem fizemos um apelo para connosco colaborarem, nos derem o necessário suporte publicitário.

O Instituto pensa poder cumprir estas metas e agradece o apoio que nos têm transmitido. ✚

MIGUEL ANACORETA CORREIA



Nicolas Machiavel: a Ciência Política

ADRIANO MOREIRA*

Nicolas Machiavel, que nasceu em Florença em 1469 e morreu em 1527, escreveu na última página da sua *Arte da Guerra* (*L'Art de la Guerre*, Berger - Levrault, Paris, 1980), estas palavras que fecham um discurso de esperança sobre o futuro de Florença: “quanto a mim, queixo-me do destino que me recusou o conhecimento destas importantes máximas, ou dar-me os meios de as praticar... a nossa pátria parece destinada a fazer reviver a antiguidade... Não posso conceber para mim essa esperança, estando já no declínio da idade... mas se a fortuna me tivesse dado um Estado suficientemente poderoso... tê-lo-ia elevado a um alto grau de esplendor, ou teria pelo menos sucumbido gloriosamente”.

Esta declaração não impediu que o seu nome ficasse para sempre ligado aos juízos condenatórios da amoralidade do poder, tudo porque se dedicou, com liberdade renascentista, à observação científica da luta pela aquisição, manutenção, e exercício do poder, que viria a ser o núcleo central da ciência política que autonomizava. Sem necessidade de largas indagações, talvez possa compreender-se a novidade da perspectiva, e a fixação do pejorativo sentido do adjectivo - maquiavélico, recordando que um dos seus escritos, depois de em 1502 ter praticado com César Borgia, Duque Valentino, quando este lutava para consolidar os Estados do seu pai Papa Alexandre VI, foi sobre - *Método adoptado pelo Duque Valentino para assassinar Vitellozo Viteli*.



Estes factos políticos, na tormentosa Itália do seu tempo, verificaram-se quando a aventura das *grandes descobertas* marítimas, das quais o Infante D. Henrique (1394-1460) fora o inspirador, alterou definitivamente a percepção europeia do mundo, e exigiu a reformulação do aparelho político para responder às exigências novas e sem precedente.

Durante a sua vida, Bartolomeu Dias dobrou o Cabo da Boa-Esperança (1485), Vasco da Gama chega à Índia (1498), Colombo tocou São Salvador nas Bahamas (1492), Magalhães comandou a demonstração da esfericidade da terra (1521-1522), o Novo Mundo foi submetido por Cortez (1519-1521), e também Pizarro (1531-1533).

A economia europeia inicia então a globalização que hoje nos inquieta, a frente atlântica europeia ganha um predomínio que determina o declínio dos portos mediterrânicos, as reservas de ouro crescem expressivamente, e porque os peninsulares é sobretudo no exterior que se abastecem, o ouro de Sevilha e as especiarias de Lisboa, enriquecem a Europa.

A redefinição do Estado, para enfrentar esta mudança, dá origem ao novo facto da *soberania*, poder sem igual internamente e sem superior externamente, um poder que agora, completada a globalização, parece tender para a submissão ao processo inverso de adoptar as cooperações em grandes espaços, ou a transferência de capacidades para redes emergentes, como acontece na Europa.

Entre nós, explica João de Barros no *Capítulo Primeiro do Livro Sexto da Primeira Década*, como El-Rei Dom Manuel, depois que Pedro Álvares Cabral veio da Índia, por razão deste descobrimento e conquista dele, tomou o título que ora tem a Coroa deste reino de Portugal, e razão e causas dele. A principal nota é que "...os reis, como não têm superior de quem possam receber algum novo e ilustre nome para a campa da sua sepultura... lançam mão...de feitos excelentes que lhe podem dar títulos". Este exemplo pode ajudar-nos a compreender porque é que

O Príncipe é a peça fundamental da verdadeira pirâmide constituída pela Triologia de que se compõe a sua obra: *O Príncipe*, *A Arte da Guerra*, e o *Discurso sobre a primeira década de Tito Lívio*.

Talvez seja útil avaliar em que medida o ambiente dos príncipes da *combinazione*, de que os Médicis eram caso de estudo, limitou a perspectiva do autor, não lhe dando oportunidade de apreender e avaliar o facto de estarem em formação as potências que viriam a definir a ordem internacional dos Estados, para responder à globalização dinamizada pela assumida maritimidade. Trata-se de uma circunstância que sublinha a qualidade científica da pirâmide organizada pela Triologia, porque sobreviveu à mudança sucessiva dos paradigmas da ordem mundial.

Por outro lado, conviria lembrar que tendo vivido na época em que a Renascença atingiu na Itália o maior esplendor, esse ambiente político de pequenos principados não impediu, e de alguma maneira propiciou, a coexistência de artistas como Leonardo da Vinci, Miguel Ângelo, Rafael, de Papas como Alexandre VI e pregadores de futuros como foi o padre florentino Savonarola, filósofos como Picco della Mirandola ou Giordano Bruno, ao lado de príncipes que ao contrário do que se passava com D. Manuel I de Portugal, ou Francisco I de França, ou os Reis Católicos ou Carlos V, estavam longe do globalismo que se iniciava e com a duvidosa fidelidade a uma escala de valores praticada por Lourenço de Médicis e do filho de “coito danado” que era César Borgia.

Embora tivesse colhido alguns sucessos na sua carreira diplomática com a rendição de Pisa, e fosse conhecido como “Secretário Florentino”, assumindo a proeminência no “Conselho dos IO”, e o estatuto de grande servidor do Estado, nunca teve o exercício do poder, foi antes um observador da política na forma perene da luta pelo poder.

A mediocridade dos procedimentos, a falta de programação e de racionalidade, os conflitos armados sucessivos, a destruição, as brutalidades contra as populações, impuseram-lhe tal-

»»

vez a frieza científica com que observa essa gélida criatura que é o poder em acção. Foi pessoalmente experiente desse desempenho, quando a restauração dos Médicis em 1512 o afastou como servidor que fora de Piero Soderini, o prendeu, torturou, e finalmente o exilou.

Nesse longo afastamento convive com os clássicos, Tito Lívio, Aristóteles, Políbio, e escreve racionalizando a longa experiência e memória dela. A breve chamada ao serviço público pelo Papa Clemente VII, para dar aplicação à sua *Arte da Guerra*, não foi inutilizada pelo saque de Roma pelas tropas de Carlos V, vindo a morrer em 20 de Junho de 1527.

De tudo ficou portanto o legado da experiência, e a sua racionalização em termos de ficar como o fundador da *ciência política*, tendo esta como núcleo duro e identificador a luta pela aquisição, manutenção e exercício do poder.

A guerra é a subida aos extremos dessa luta, e por isso talvez deva considerar-se *A Arte da Guerra* como a pedra angular da teoria. Escreveu que “*tudo o que respeita à arte da guerra foi sempre a minha principal ocupação*”.

Como defendeu Georges Buis (1978), “Machiavel compreendeu perfeitamente que a estratégia global é a síntese de estratégias gerais: militar, financeira, económica, diplomática, científica, etc. Por isso assenta a estratégia global de *O Príncipe*, sobre a estratégia geral que é *A Arte da Guerra*, e sobre a estratégia diplomática e governamental que são os *Discursos*”.

Entre as traves mestras do seu pensamento está a consideração de que sem boas armas não existem *boas leis*, e por isso dá especial atenção às boas armas, pelo que, afirma, “um Príncipe não deve ter outra ocupação nem outro pensar, nem tomar a peito outra matéria que não seja o facto da guerra e a organização da disciplina militar”.

Naturalmente não era possível ignorar a importância da negociação, da estratégia diplomática, da arte da composição, que exerce e documenta com o seu *Relatório sobre a França* escrito

depois de três missões àquela corte, ou com o seu *Relatório sobre a Alemanha* no qual documenta a sua missão junto do Imperador Maximiliano, iluminado pelo estudo da história.

Finalmente, a definição da *liderança* em *O Príncipe*, publicado já depois da sua morte, livro que organiza todo o saber que lega a respeito da condução do Estado, síntese de uma estratégia global, e que será a sua consagração.

Tentemos organizar o conjunto das principais interrogações que o livro suscita, e que estiveram presentes na decisão de o incluir no volume 23 da famosa série - *Great Books of the Western Worlds*, publicado com o apoio editorial das Faculdades da Universidade de Chicago, em 1952.

Começando pela importância cimeira da estratégia a primeira questão é a da importância que atribui aos exércitos constituídos pela milícia dos cidadãos, e não pelos mercenários. A sua rotunda afirmação é que “mercenários, auxiliares, ou tropas mistas, são inúteis e perigosas”. De facto é a defesa do que haveriam de ser chamados os exércitos nacionais, a *nação em armas* da Revolução Francesa, a mudança radical que Goethe anotou na batalha de Valmy ao verificar que os exércitos já não combatiam gritando, *Viva o Rei*, mas sim gritando, *Viva a França*.

Depois do desastre que foi a Segunda Guerra Mundial, e vencido o período da guerra fria, esta questão volta à ordem do dia com o discurso sobre o fim do serviço militar obrigatório, a crise do Estado soberano, e o regresso do modelo das sociedades cosmopolitas e multiculturais.

A segunda pergunta, relacionada ainda com a segurança, é a de saber se a neutralidade é conveniente aos príncipes, sobretudo havendo guerra entre Estados vizinhos. A resposta é que a neutralidade desacredita o Príncipe, porque “o vencedor não quer amigos duvidosos que não o ajudam em tempos de combate; e o que perde não o respeitará porque não quis, com decisão, a espada na mão e correr os seus riscos”.

A questão da fidelidade dos povos em relação ao Príncipe,



é mais discutida em função da manutenção do poder do que da legitimidade da obtenção do mesmo. E a regra é que o amor depende dos súbditos, mas impôr o receio depende do Príncipe. Escreve: “existem duas maneiras de combater, uma pela lei, a outra pela força; o primeiro método é próprio dos homens, o segundo das feras; mas porque o primeiro frequentemente não é suficiente, é necessário recorrer ao segundo. Um príncipe, por isso, sendo obrigado conscientemente a adoptar a fera, deve escolher entre a raposa e o leão...”.

Esta questão conduz directamente à debatida avaliação moral de *O Príncipe*, em vista dos conselhos propostos para a conquista e conservação do poder. Tem sido notado que Aristóteles, no Capítulo II da sua *Política*, já considerava apropriado, para um tratado da matéria, analisar os meios que uma tirania usa para se manter no poder, e a via mais desenvolvida é claramente maquiavélica. Talvez a síntese do nosso autor esteja nesta passagem do Capítulo XVIII intitulado - *Da maneira de os príncipes manterem a palavra dada*: “por isso é desnecessário que um príncipe tenha todas as boas qualidades que enunciei, mas é muito necessário parecer que as tem. E acrescentarei ainda que tê-las e observá-las sempre é prejudicial, e que parecer tê-las é útil”. Acrescenta ainda: “Tendes de compreender isto, que um príncipe, especialmente um novo príncipe, não pode respeitar todas as coisas pelas quais os homens são estimados, sendo por vezes forçado, com vista à manutenção do Estado, a agir violando a confiança, a amizade, a humanidade e a religião”.

Deve ainda ser imune a toda a lisonja, porque (Capítulo XXIII) “os homens são tão complacentes em relação às suas acções, e de certo modo tão insatisfeitos com elas, que se defendem com dificuldade desta peste... porque não existe outra maneira de se defender da lisonja excepto fazendo compreender que dizer-lhe a verdade não o ofende, mas quando todos vos dizem a verdade, o respeito por vós diminui”.

Uma das questões suscitadas por esta perspectiva de relacionar

o poder com os seus objectivos, é a de saber como se diferencia dos grandes mestres clássicos, designadamente de Aristóteles e Platão, igualmente presentes nas inquietações contemporâneas. Que o realismo não está ausente daqueles autores comprova-se por exemplo no *Livro V da Política* do primeiro, onde aconselha os déspotas sobre os métodos destinados a manter o poder, tema que elabora consistentemente no Capítulo XI, de um ponto de vista friamente científico: morte aos homens de espírito, espionagem, dividir para reinar, desconfiar dos apoiantes, sem descurar desenvolver uma imagem que inspire louvor da parte dos cidadãos.

Também Platão, no *Livro II da República*, coloca na boca de Glaucon palavras de pouca esperança no destino dos governantes justos, mas é pessoalmente que assume o uso da mentira real, uma senda incoerente para que deste modo os cidadãos se mantenham felizes com as circunstâncias do governo.

Todavia, se existe alguma coincidência no reconhecimento dos factos da política, é diferente a posição no que respeita aos objectivos considerados justos. Enquanto que Platão se afadiga na busca da justiça e do Estado que a realize, e Aristóteles deduz a *Política da Ética* que também escreveu, vinculando a constituição do Estado à salvação dos homens, o *Príncipe* de Machiavel tem como objectivo o triunfo, sem cuidar da origem e necessidade do Estado, da valoração dos meios alternativos ao dispor do governante, dos critérios de fixação dos deveres do poder.

É discutido se o último capítulo - *Exortação para libertar a Itália dos Bárbaros* - não vem finalmente vincular o panfleto que é o *Príncipe* a um objectivo ético, visto que o patriotismo ilumina o discurso, ficando porém a dúvida de saber se considera esta guerra justa porque é necessária, ou se a guerra necessária é sempre justa. A sentença que se destaca é a seguinte: "o fundamento essencial de qualquer Estado... são boas leis e boas armas; e porque não podem existir boas leis onde o Estado não está bem armado, sugere-se que onde estiver bem armado existirão

»

boas leis”. Finalmente, discutindo o papel da Fortuna no destino dos homens, conclui: “ainda assim, para eliminar o livre arbítrio, admito ser verdade que a Fortuna é o árbitro de metade das nossas acções, mas deixa-nos o poder de pilotar a outra metade, ou talvez um pouco menos”.

É difícil concluir que a obra de Machiavel - especialmente *O Príncipe* - é uma das que mudaram o destino do mundo. Sugiro que nos orientou no sentido de compreender, cientificamente, uma actividade inseparável da vida em sociedade, que é a *luta pela aquisição, manutenção, e exercício do poder político*.

Deste modo identificou o núcleo duro da ciência política, independentemente da variação das formas de governo, e da sua relação com a sociedade, eticamente plural, ou culturalmente homogénea, cosmopolita ou fundamentalista, territorial ou globalizante, progressiva ou reaccionária.

O século passado multiplicou os exemplos dos Estados alheios às escalas de valores humanos, os totalitarismos de vários sinais, como o soviétismo, o nazismo, o maoísmo, o fascismo, com uma terrível sementeira de crimes contra a Humanidade, e uma ordem mundial baseada no medo recíproco das superpotências, com o holocausto no horizonte.

A tentativa mais conseguida de estabelecer a paz pelo Direito, que foi a Carta da ONU, recebeu dois legados que fazem parte do património ocidental, o *legado humanista* com sede na Assembleia Geral, e o *legado maquiavélico* com sede no Conselho de Segurança. Pretender que coexistam harmoniosamente tem muito de utópico, mas também de irrenunciável para que não desapareça a luz ao fundo do túnel, sustentada pela longa teoria dos Projectistas da Paz.

Entrámos no terceiro milénio com essa dialéctica entre os dois legados expressa na ambiguidade da situação do Tribunal Penal Internacional, que democracias fundamentais hesitam em reconhecer porque nenhum poder está seguro de não ser obrigado a adoptar, entre o justo e o injusto, a flexibilidade da “mentira real”. O Iraque está a servir de

exemplo, de caso de estudo, e de advertência. E também apontando para reler Machiavel.

O unilateralismo dos EUA, a crise de credibilidade que rodeia a intervenção, a invocação dos grandes princípios democráticos e o recurso às boas armas, a recusa da jurisdição penal internacional e o embaraço quanto ao tratamento dos prisioneiros, tudo confere actualidade ao *Príncipe*, à mentira real, ao conflito entre o *legado humanista* e o *legado maquiavélico*, desafiando os príncipes que nos governam a meditar sobre a neutralidade e a aliança, a escolher entre a justiça e o êxito, entre a razão de Estado e a autenticidade. A tentar manter e exercer o poder, pilotando a liberdade que a Fortuna desdenha, num ambiente de perplexidade geral e incerteza absoluta sobre a paz. †

* CONFERÊNCIA PROFERIDA NO AUDITÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS, EM 18 DE JANEIRO DE 2004

Que Europa? De encruzilhada em encruzilhada

MARIA EDUARDA AZEVEDO*

A beira do novo século, o cenário geoestratégico europeu mudou radicalmente com o colapso da Cortina de Ferro. O fim do mundo bipolar assente em duas superpotências, dois sistemas político-ideológicos antagónicos, duas alianças militares, duas Europas e duas Alemanhas deixou de enformar o mapa geopolítico do pós-guerra e abriu o caminho à reunificação europeia, que passou a constituir um desafio histórico inevitável e irrecusável.

Desde 1989, a adesão colectiva e sem precedentes dos novos candidatos emergentes do Centro e Leste europeu prefigurou-se como uma das maiores apostas políticas da construção europeia, o grande desígnio político da União no início do século XXI.

O binómio alargamento-aprofundamento voltou a marcar presença na agenda política europeia, na certeza de que se trata não só de um teste decisivo à dinâmica comunitária e à efectiva vitalidade do projecto europeu, mas também de uma mola impulsionadora da real vontade política e do fidedigno empenhamento dos Estados membros para novos níveis da integração.

Associando o mercado único às dimensões territorial e demo-

gráfica decorrentes das novas adesões, a União passa, indiscutivelmente, a constituir um grande mercado alargado. Mas, será que a União pretendia ir mais longe?

Em face de uma União que usou cláusulas de "opt-out" em Schengen e na adesão ao Euro, admitindo modelos e ritmos diferenciados de integração, e quase só aceita instrumentos de integração política na vertente monetária, tornou-se pertinente reflectir sobre o futuro e indagar o que pretendem os cidadãos europeus para a Nova Europa.

Uma potência económica num mundo globalizado, apenas capaz de dar resposta aos objectivos enunciados nos Tratados de Roma a Maastricht?

Uma potência que assume as suas responsabilidades na gestão da globalização, a que pretende conferir uma dimensão ética, luta contra todas as formas de violência, terror e fanatismo e deseja também afirmar-se politicamente na cena e governação mundiais?

Não restam dúvidas de que a imagem de uma Europa democrática e protagonista a nível mundial corresponde plenamente à vontade e aos anseios da maioria dos povos europeus.

Dos cidadãos europeus que apoiam a ambição expressa pela União de desempenhar um papel mais importante nos domínios da justiça e da segurança, da luta contra a criminalidade organizada transfronteiriça, do controlo dos fluxos migratórios, do acolhimento dos requerentes de asilo.

Dos cidadãos que querem igualmente resultados nas áreas do emprego e da luta contra a pobreza e a exclusão social e, bem assim, no domínio da coesão económica e social. Dos cidadãos que reclamam ainda uma abordagem comum nas áreas do ambiente e do desenvolvimento sustentável.

Mas trata-se, também, de cidadãos que acalentam expectativas em relação à União Europeia e que esta por vezes defrauda. Que consideram a intervenção da União demasiado alargada e excessivamente burocrática. Que sentem as decisões comuni-

tárias longe do quotidiano, pouco transparentes e pouco compreensíveis.

Neste contexto, uma ambição europeia orientada para uma integração política mais consistente carece de reflexão e de debate.

Hoje, a Comunidade vive um período crucial e encontra-se mais uma vez numa encruzilhada, embora seja comumentemente aceite ser chegado o momento de assumir com clareza o papel que a União deve desempenhar no xadrez político mundial.

Neste contexto, a União Europeia não podia pretender progredir para novos e mais exigentes patamares da integração sob a ameaça de desfechos inconclusivos como nas últimas Conferências Intergovernamentais do século XX. Foram experiências que afectaram a imagem da Europa enquanto União e parceiro internacional credível tanto aos olhos do mundo, como, em particular, perante os próprios cidadãos europeus.

Por isso, a aposta na Convenção Europeia, enquanto modelo mais democrático e, sobretudo, mais participado, susceptível de dar voz às opiniões públicas nacionais e ao sentir dos povos europeus. Modelo manifestamente mais transparente e inteligível por contraposição às tradicionais reserva e opacidade das negociações diplomáticas. Com um consenso "à Giscard" encerraram-se os trabalhos da Convenção, ficando em palco a Conferência Intergovernamental de que se esperava a curto trecho a aprovação do projecto de Tratado Constitucional. Em Dezembro, ao manifesto e irrecuperável deslize do calendário, sucederam-se as fricções nacionais e a incerteza quanto ao acordo e ao próprio conteúdo do texto final.

Hoje, alimentam-se as especulações quanto aos bons ofícios da presidência irlandesa - num complexo período de eleições em vários Estados membros e para o Parlamento Europeu - e, porventura, da presidência holandesa que tomará o leme a partir de Julho. E a encruzilhada teimará em manter-se? †

* DEPUTADA À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Uma nova Europa Um novo tempo

GUILHERME D' OLIVEIRA MARTINS*

O Centro Europeu de Cultura de Genebra homenageou, com toda a justiça, em Lisboa, a memória de Denis de Rougemont. É importante que se volte a ouvir esse visionário da construção europeia, que está nos antípodas de muitos dos que continuam a olhar o nosso velho continente como fosse apenas um clube de Estados incapazes de renunciar aos seus egoísmos nacionais. Rougemont dizia: “A Europa não é para nós, federalistas, um campo de batalha onde se trate de vencer ou morrer, nem um império a edificar como uma grande fortaleza. É um meio de compor de tal maneira que os espíritos e os corpos possam desenvolver-se nele tão livremente como imaginam. (...) Se me disserem agora que não passa de utopia querer ultrapassar o Estado-nação, respondo que se trata, ao contrário, da grande tarefa política do nosso tempo... Na verdade, só a este preço faremos a Europa e fá-la-emos para toda a Humanidade, pois devemos-lhe isso” (*Carta Aberta aos Europeus*).

Entrámos num novo paradigma na vida da Europa. Depois de em 1945 os europeus terem sido chamados a reconstruir um continente dizimado pela guerra e pelo totalitarismo – e de então se ter iniciado um caminho duro e incerto de divisão e de confronto, com a Europa dividida pela guerra-fria – chegámos agora à consumação da mudança de circunstâncias ocorrida em 1989. Depois da queda do muro de Berlim, os europeus passa-



ram a ser responsáveis por todo o velho continente. Alargamento e aprofundamento deixaram de ser termos de uma alternativa, para passarem a ser pólos complementares de uma mesma estratégia. A União Europeia muda de natureza e poucos o compreendem plenamente. Já não estamos perante uma União económica homogénea. Estamos diante de uma entidade supranacional com características pioneiras, que deve ser caracterizada como uma União de Estados e Povos livres e soberanos. A União passou a ter vinte e cinco membros, com economias heterogéneas, com graus diferentes de compromisso, mas possuindo interesses e valores comuns. Muito se tem discutido sobre se Jean Monnet apadrinharia este projecto. Se lermos o que escreveu, temos de considerar que o pai fundador da Comunidade Europeia teria desejado chegar – em nome de um projecto de paz e de segurança, de desenvolvimento e de diversidade cultural. No entanto, ainda estaria insatisfeito e preocupado – uma vez que veria faltarem as instituições adequadas, capazes de harmonizar a democracia e a eficiência. Daí que seja muito importante a possibilidade de a Presidência irlandesa obter um resultado positivo no Conselho Europeu de Junho próximo – de modo a que possamos ter um tratado constitucional, baseado numa vontade comum e numa sábia ligação entre as soberanias nacionais e a soberania europeia.

Há, no entanto, nuvens ameaçadoras no horizonte. A posição britânica é ambígua. A posição frágil de Tony Blair perante a opinião pública britânica dificultará a criação, tão necessária, de uma “Entente Cordiale”, como defendemos recentemente. E o certo é que a União Europeia apenas poderá ser sólida se envolver uma solidariedade clara entre as três componentes do continente: a atlântica, a da Europa Central (Mitteleuropa) e a do Mediterrâneo. E enganam-se aqueles que julgam que o directório europeu se irá constituir se o tratado constitucional avançar, tal como está delineado.

O directório europeu constituir-se-á se não houver tratado constitucional - e terá a configuração que as circunstâncias ditarem, numa lógica de geometria variável, com várias velocidades, com pouca solidariedade e com cada vez menos coesão... Esse caminho pode acontecer. E se dúvidas houver sobre os riscos, basta recordarmos as divisões a propósito da crise do Médio Oriente (como antes sobre os Balcãs) para entendermos qual a tendência natural da fragmentação. Não se pense, pois, que o tratado constitucional resolve os principais problemas europeus. Não resolve. Trata-se, sim, de uma boa base de trabalho, desde que lance os fundamentos de mais Europa política, de mais método comunitário, de mais solidariedade e coesão. Mas ainda se exige mais governo económico, mais coordenação das políticas de investimento e de emprego e maior empenhamento na Estratégia de Lisboa. A revisão constitucional portuguesa acaba de preparar (com prudência e espírito de autonomia) a nossa ordem jurídica para uma nova fase da vida constitucional europeia. Trata-se de lidar com uma Constituição europeia de tipo novo, não confundível com as Constituições nacionais, que prevalece sobre estas apenas no tocante às competências da União Europeia. A nova Constituição Europeia não resulta de um poder constituinte correspondente a uma ideia de nação europeia. É um tratado constitucional que consagra a complementaridade entre uma soberania europeia, livremente compartilhada pelos Estados e pelos cidadãos, e as soberanias nacionais. Adota a limitação dos poderes comunitários, segundo os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. Concretiza um quadro jurídico fundamental, centrado na Carta Europeia de Direitos Fundamentais, na definição das competências da União e partilhadas entre esta e os Estados e na definição do perfil das instituições comunitárias e dos respectivos poderes. Não se trata, assim, de nos submetermos a algo que não sabemos o que venha a ser, mas

»

de consagrar, sem sombra para dúvidas, uma ordem constitucional europeia que já existe e que terá de ter no futuro uma importância acrescida. Entrámos num novo paradigma na vida da Europa, que obriga a maior exigência e a maior audácia, num caminho cheio de incertezas e de escolhos. †

*DEPUTADO À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Europa no momento actual

JOAQUIM MIRANDA*

I.

A realização de eleições para o Parlamento Europeu, em Junho próximo, e a possibilidade real de os governos dos vinte e cinco chegarem a acordo, na mesma altura, sobre a futura “constituição europeia” constituem elementos de particular relevância e que exigem reflexão especialmente cuidada no momento actual.

Até porque se é óbvio que a União Europeia, nos seus contornos e competências actuais, pouco se assemelha às Comunidades para que Portugal entrou em 1986 – tal o salto qualitativo entretanto dado, especialmente com o Acto Único, com Maastricht e com os sucessivos alargamentos –, não é menos evidente que a União Europeia de amanhã será sensivelmente diferente da actual, mesmo se não é ainda claro o perfil que ela assumirá a partir do novo alargamento e da nova arquitectura institucional decorrente das previstas alterações aos Tratados.

Neste contexto e tendo em conta a enorme incidência das decisões comunitárias na nossa vida colectiva, a participação activa dos cidadãos no debate das questões europeias apresenta-se como questão central. De tal forma que, uma vez firmado um consenso intergovernamental sobre matéria institucional, nos parece inevitável a realização de um referendo em que aspectos fulcrais como a efectiva igualdade entre os Estados – especialmente com a previsível supressão da rotatividade das presidências –, a representação e o respectivo

»

peso relativo nas diferentes instituições – nomeadamente numa Comissão com competências exclusivas em matéria de iniciativa legislativa –, a ponderação dos votos no Conselho e, em geral, o processo de formação de maiorias, ou o equilíbrio interinstitucional prevalecente, não poderão deixar de ser decisivos na posição política a adoptar, em definitivo.

2.

Importará ter presente, entretanto e sem prejuízo da importância das questões institucionais – até pelo que elas implicam nos processos de exercício do poder – que outros domínios são igualmente merecedores de atenção, até pela relevância que têm assumido e continuarão certamente a assumir no processo de construção europeia. É o caso do modelo económico e social a adoptar pela União Europeia no futuro.

Aliás, a maior ou menor mobilização dos cidadãos relativamente ao processo de integração depende e dependerá em larga medida das orientações e medidas que vão sendo e vierem a ser adoptadas nesse domínio, até pelas incidências directas e crescentes que delas resultam para o respectivo quotidiano.

A transparência, o controlo democrático e a garantia de ampla e profícua participação nos processos de decisão; a prioridade à convergência real das economias, ao progresso social e ao emprego com direitos e o simultâneo abandono de actuais orientações liberalizadoras e monetaristas, nomeadamente assentes num cumprimento aberrante e irracional do PEC; a assunção, o respeito pelo conceito e uma efectiva implementação de serviços públicos; a mobilização de recursos orçamentais correspondentes às ambições que se preconizam e uma adequada e solidária afectação dos mesmos; tais são alguns dos elementos que julgamos essenciais para o êxito futuro da União Europeia, nos planos económico e social. Ao que deverá acrescer uma nova perspectiva no contexto das relações económicas internacionais: menos determinada por uma competi-

ção acéfala com os Estados Unidos pelo domínio do comércio mundial e menos empenhada nas orientações neo-liberais da OMC (quando o fracasso não acontece, como em Seattle ou Cancun) e mais respeitadora das decisões de sucessivas conferências das Nações Unidas nomeadamente sobre comércio e desenvolvimento.

Uma tal perspectiva, mais empenhadamente solidária, constituiria não só um elemento de afirmação e de distinção da Europa no plano internacional como poderia constituir-se como factor decisivo para uma nova ordem económica mundial, indispensável e urgente nos dias que correm.

3.

É, porém, ao nível da política externa e de segurança que são especialmente evidentes as dificuldades actuais da União Europeia; e é neste âmbito que se apresentam mais complexos e imprevisíveis os caminhos que a UE trilhará no futuro.

A crise em torno da intervenção no Iraque apenas veio confirmar o que já era patente: não só não existe um projecto de consenso como há, assumidamente e neste terreno, projectos diferentes ou mesmo antagónicos no seio da União Europeia. Sendo certo que a ausência de uma perspectiva clara neste domínio e, especialmente, a incapacidade de afirmação duma vontade de emancipação e de autonomia são e serão factores de inferiorização dum projecto que se pretende afirmar como global e determinante no plano internacional.

O qual se afiguraria especialmente importante num momento marcado pela deriva autoritária e intervencionista da administração Bush, para a qual se apresenta indispensável uma alternativa – que não se constitua num novo bloco político-militar – e especialmente alicerçada no respeito pelas Nações Unidas, pelo multilateralismo e pelo direito internacional. †

* ECONOMISTA E DEPUTADO AO PARLAMENTO EUROPEU

As lições do 11 de Março

PAULO CASACA*

I. SEGURANÇA

A sedução pela cabalística é um dos traços mais constantes nas seitas fanáticas que ao longo dos tempos se têm especializado em trazer a guerra, a morte e a destruição. Esse preciosismo cabalístico deixou as suas marcas nos trinta meses exactos passados entre a grande matança de Nova Iorque e a primeira matança em larga escala em território da União Europeia.

Com o 11 de Março desapareceu a ilusão de que estaríamos perante algo que teria apenas a ver com os nossos vizinhos da outra margem do Atlântico, embora tenha ficado a não menos perigosa ilusão de que se pode contornar, domesticar e conviver com esta acção extrema do fanatismo islâmico.

Como foi salientado logo de imediato pelo responsável máximo da Comissão Europeia pela Justiça e Segurança Interna, torna-se urgente integrar e racionalizar os meios de defesa perante esta ameaça que é tanto interna como externa.

A esse propósito, há naturalmente que dar a máxima atenção à preservação de mecanismos independentes de controlo que permitam evitar a erosão do nosso sistema de liberdades e garantias, mas não me parece legítimo utilizar sistematicamente esse argumento de forma assimétrica para justificar o que nem sempre é justificável.

Não é compreensível, por exemplo, que a legislação europeia imponha a destruição automática de ficheiros de telefonemas

efectuados, quando em Portugal se vulgarizaram escutas telefónicas e o seu uso em violação da privacidade do cidadão.

Tão pouco é compreensível que a legislação europeia em matéria de terrorismo seja tão escandalosamente aberta ao arbítrio e que a União Europeia pretenda ser restritiva em matéria de utilização de ficheiros de companhias aéreas sobre passageiros.

Em qualquer caso, como os acontecimentos de II de Setembro demonstraram, em termos de sistema de informação, o essencial é ser-se competente e saber-se o que se quer.

2. CIVILIZAÇÃO, CULTURA E COMPREENSÃO

O desafio colocado pelos fanatismos, e em especial pela vaga de fanatismos islâmicos desencadeada a partir da chamada revolução islâmica iraniana, não pode ser reduzido a uma questão de segurança, nem tão pouco a uma questão de terrorismo, que me parece de resto um conceito equívoco e incapaz de tipificar o problema com que estamos confrontados.

Não é possível exorcizar uma religião, um grupo étnico, uma cultura ou uma civilização - mais a mais com o âmbito e a escala dados pela religião islâmica - sem negar os princípios e os valores da sociedade aberta tolerante e democrática, ou seja, não é possível utilizar esse remédio sem ter a certeza de que se mata em vez de se curar o doente.

Acresce a este facto que o Islão não tem o monopólio do fanatismo, que não é sequer um fenómeno exclusivamente religioso, pelo que assumir um "*conflito de civilizações*" poderia vir a revelar-se como uma forma de fomentar e não de combater o fanatismo.

Se olharmos para o Irão - primeiro país que soçobrou à vaga contemporânea de fanatismo - facilmente poderemos observar que foram e são os cidadãos iranianos os que se opuseram e se opõem de forma mais empenhada a esse fanatismo, e que são as potências ocidentais que rapidamente embarcaram numa "*real-politik*" de compromisso e apaziguamento do regime (incluindo o perdão a inúmeros ataques terroristas em solo europeu).



Quer isto dizer que é nas sociedades islâmicas que poderemos encontrar os melhores aliados para esta batalha. Para que essa aliança funcione eficazmente torna-se necessária muita compreensão e entendimento por civilizações e culturas diferentes das nossas em vários pontos, mas que comungam connosco de muito do que é essencial.

3. UMA ESTRATÉGIA DIPLOMÁTICA GLOBAL

Diz-se frequentemente, para justificar a não ligação do fenómeno do combate ao fanatismo a toda uma política de desenvolvimento, que os principais líderes do fanatismo islâmico são por norma oriundos das camadas mais privilegiadas das suas sociedades de origem.

Trata-se de um argumento não só redundante (em regra, os líderes comunistas não foram proletários, foram oriundos das classes abastadas) mas também que não consegue apreender o essencial: o problema não são os líderes fanáticos, que se existissem isoladamente poderiam ser tratados apenas como vulgares criminosos, mas é antes o impacto que a mensagem desses líderes tem em tão vastas camadas da população.

Para combater o fanatismo, é também necessário ganhar a batalha da opinião pública nos países onde o fanatismo ataca directamente e ganhar como aliados os que se encontram no novo "terceiro mundo" deste século, e isso implica - entre outras coisas - transformações profundas na política de desenvolvimento do Ocidente, a começar também pela da União Europeia. †

* DEPUTADO AO PARLAMENTO EUROPEU

Na hora do alargamento

MIGUEL ANACORETA CORREIA*

I. OS MULTIDESAFIOS DA UNIÃO EUROPEIA

Ao escrever sobre este tema, na última semana de Abril, a minha leitura do momento político europeu é a de que os pontos principais da agenda nos próximos meses deverão ser os seguintes:

a) **Consolidação do Alargamento**

É indispensável que o alargamento – que foi preparado de forma insuficiente e em algumas situações de modo confuso – resulte bem! Voltaremos a este ponto.

b) **Conclusão do Tratado Constitucional**

No final do Conselho de Roma (Dezembro de 2003), pensou-se que a nova Constituição Europeia só estaria concluída no próximo ano (2005). Há, porém, sintomas muito fortes de que a Presidência Irlandesa quer (e talvez consiga) “fechar o assunto” em Junho. Os acontecimentos dramáticos do II de Março em Madrid tornaram evidente que a Europa precisa de ter “a casa arrumada” para poder reagir, em quaisquer circunstâncias, de forma ordenada e em tempo útil.

Integrando mais 10 países em 1 de Maio, é essencial ter definidos os esquemas de decisão e de repartição do poder. Nesse contexto, é primordial encontrar resposta a algumas questões fundamentais tais como:



Qual o papel da Comissão Europeia? Como e por quem é composta? Como vai ser a Política Externa da União? Como e com que maiorias se tomam decisões?

O risco do “Directório” é real e os países mais pequenos inquietam-se. Não querem perder voz e poder em questões fundamentais. A História da Europa mostra que o “jogo” entre os países grandes da União não foi exemplar em matéria de estabilidade...

A recente revisão da Constituição Portuguesa, concluída em 23 de Abril, permitiu compatibilizar a nossa Constituição com o Tratado Constitucional Europeu, ultrapassando dúvidas legítimas mas que, a meu ver, são, sobretudo, o resultado de uma visão de pendor académico que não coincide com as necessidades do processo de construção Europeia.

a) A Luta contra o Terrorismo

A luta contra o terrorismo é reconhecida como “a prioridade das prioridades”. Nos últimos meses houve uma evolução no sentido de se considerar que, pelo menos, um certo grau de multilateralismo é indispensável. Tal facto resulta de ser crescente a convicção de que a luta contra o terrorismo tem de envolver todos os meios disponíveis e de que é incontornável uma articulação entre OTAN, UNIÃO EUROPEIA e NAÇÕES UNIDAS.

Como vai evoluir a Política Europeia e de Segurança e de Defesa neste contexto? A Europa descurou (ou evitou...) tratar da sua política de Defesa ao longo dos anos. As primeiras intervenções europeias no exterior, no quadro das acções de Petersberg, são positivas, mas vai ser preciso ir muito mais longe, se se quiser combater eficazmente o terrorismo.

O desenvolvimento da PESP será, também, o quadro para a garantia do empenhamento dos quatro países neutralistas (Irlanda, Suécia, Finlândia e Áustria) que integram a União e dos que se seguem no quadro do alargamento: Chipre e Malta.

b) Perspectivas financeiras

As perspectivas financeiras em discussão são uma outra questão fundamental. É sabido que alguns dos “países contribuintes” (eles próprios com dificuldades financeiras veja-se o caso da Alemanha) querem diminuir o seu esforço financeiro. É obvio que essa situação vai atrasar o processo de coesão que é um dos “brasões” da União e uma marca distintiva europeia, relativamente a outros processos de integração (lembremo-nos do caso da NAFTA e do processo da integração das Américas).

Para nós, Portugal, esta eventualidade é preocupante. Os fundos fazem-nos falta! Não os temos empregado da melhor forma, é certo, nem fizemos sempre as escolhas dos melhores projectos em termos de futuro! (Existe ainda, quem pense que, no futuro, será possível aplicá-los da forma como o temos feito!...). Há muito a progredir em Portugal em matéria de critérios de sustentabilidade e de austeridade na utilização de fundos públicos concessionais. Em todo o caso, a discussão das perspectivas para os anos de 2006 a 2010 é um assunto a seguir muito de perto.

2. O QUARTO E MAIOR ALARGAMENTO DA UE

Quando, em 1950, Robert Schuman fez a declaração anunciando que 6 Países colocavam sob controlo supranacional a produção do carvão e do aço para evitar novas guerras estava longe de supor que 50 anos depois, após passar pela Comunidade e pela Comunidade Económica Europeia da Energia Atómica, aquele núcleo de países se transformaria numa União Política e Económica, unindo 25 países (e mais alguns, certamente, dentro de breves anos), com 450 milhões de habitantes, e na maior economia do Planeta.

Com o actual alargamento não só é reforçada a Paz e a Segurança no nosso Continente, como se afirma uma vitória do Atlantismo e da



Economia Livre. Com efeito, 8 dos novos países (todos os do recente alargamento, menos Chipre e Malta) há pouco mais de uma década integravam o Pacto de Varsóvia e as suas economias eram “economias de Estado”. Hoje, são, além do mais, membros da OTAN.

O alargamento constitui um teste difícil para a Europa já que, em alguns destes países, persiste uma forte mentalidade estatista. Apesar do formidável esforço de adaptação que fizeram, nem sempre o “acervo comunitário” foi totalmente absorvido. Quem conhece medianamente os corredores de Bruxelas dá-se conta da apreensão que existe a este respeito.

Noutro plano, a UE passou a ter fronteiras com a Rússia. As longas discussões havidas a propósito do enclave de Kalinin demonstram como podem surgir surpresas com o impetuoso novo vizinho, face ao sentimento, muito nacionalista, dos Estados bálticos e da Polónia.

Outros países que não “são fáceis” passam também agora a estar junto às fronteiras da União. A Ucrânia e a Bielorrússia, são disso, exemplos.

Um grande teste vai ser, segundo muitos observadores, e também em minha opinião, o que se vai passar em Chipre. Há poucos dias, num referendo acerca da reunificação da Ilha, com participação elevada (88%), 76% dos cipriotas gregos disseram “não” à reunificação da Ilha, segundo os termos propostos pela ONU, enquanto 65% dos cipriotas turcos disseram “sim”.

E quem entrou na União foi a parte grega! Parece óbvio que teria sido preferível condicionar essa adesão à reunificação...

A Europa tem, pois, uma nova fronteira problemática (a que separa as duas Comunidades) e, pela primeira vez, tem no seu interior “capacetes azuis”, e um território em situação de “stand by”, numa espécie de limbo político. Penso que a solução se resolverá através de um novo referendo, provavelmente mais cedo do que o que se imagina,

dada a firmeza da reacção europeia e a “clareza” dos sinais enviados:

- Mais de 250 Milhões de Euros foram concedidos para acelerar o desenvolvimento do “sector” turco da Ilha;
- Decidido o alívio de boicote a que a parte turca tem estado sujeita;
- Nomeação de um representante da União para a parte Turca.

O que os cipriotas gregos não deverão poder supor, é que ficam com a “chave” do problema turco na mão. Ou seja, que a eventual futura adesão da Turquia possa ser “vetada” por eles (por querelas históricas ou por servirem de “mensageiros” dos países que, não querendo a adesão da Turquia, preferem não o declarar abertamente).

Todo o problema da Turquia é demasiado complexo e não necessita de “catalisadores” de dificuldades. A Europa precisa de encarar de frente as suas relações com a Turquia e também com Marrocos (a nossa fronteira Sul) e, de uma forma geral, com a bacia mediterrânica. Valerá a pena equacionar se não haverá alternativas à adesão (mutuamente mais vantajosas...).

Chipre será, pois, um teste à firmeza da União e pensamos que será possível que esta pequena, mas antiga, questão não se venha transformar num “abcesso”.

3. PORTUGAL E O QUARTO ALARGAMENTO

Este alargamento pode ser olhado como um desafio ou como pretexto de resignação.

A tendência em Portugal é para exageradamente sobrevalorizar as dificuldades. Não foi assim quando aderimos à Comunidade Económica Europeia? Não foi assim quando as fronteiras económicas se esbateram e passámos a viver em Mercado Único? Não foi assim com o terceiro alargamento? Não foi assim a propósito do Euro?



É certo que o alargamento se traduz em alguns grandes desafios! É evidente que a nossa parcela de poder é menor a 25 do que era a 15. Mas, em contrapartida, o poder que há a repartir é também maior. É de prever, aliás, que a Europa se habituará a viver em regime de coligações e geometrias variáveis.

É quase certo – por enquanto é apenas “fortemente evidente” – que nos vão calhar menos ajudas quando forem decididas as perspectivas financeiras. Diz, quem estudou a matéria, que receberemos menos 3 a 5%... Mas, isso, pode afinal não ser um grande problema. Não é, hoje, a nossa base muito diferente da de há 20 anos? A solidariedade não pode “ficar à porta” dos países de Leste... No fim de contas, e se escolhermos melhor as nossas prioridades e administrarmos os fundos com rigor e eficácia, o resultado final pode, até, ser muito mais favorável.

Há, é certo, o risco de deslocalização de actividades, porque a mão--de--obra é, no Leste, mais barata e bem qualificada. Mas não nos esqueçamos de que o maior factor de atractividade desses países são as reformas, designadamente fiscais, que fizeram a tempo.

Ora esse tipo de reformas estão ao nosso alcance. E são mesmo um quase factor de sobrevivência nacional! Não podemos continuar a adiá-las, nem a escamotear as causas das nossas dificuldades: o país tem de ser competitivo; temos que reforçar a nossa capacidade de exportação não só para os países clientes tradicionais mas também para esses novos IO países, com quem as nossas relações económicas são mínimas, e para outros países e para outros espaços económicos.

O que é nos aconselhou, repetidamente e ao longo dos anos, a Comissão Europeia? Recordemo-lo:

- Que se promova maior envolvimento das empresas em acções de I a D e maior utilização de tecnologias de informação;

- Que se melhore a eficácia das despesas com a educação (NB – não mais dinheiro...) e se combata o abandono escolar.
- Que se aconselhe os parceiros sociais a assegurar moderação salarial.

Saliento a preocupação pela redução do abandono escolar, que o país político, agora, parece ter descoberto. Somos (abaixo de nós está apenas Malta) entre os 25, o país com menor percentagem (20%) de cidadãos entre os 20 e os 65 anos que concluiu o ensino secundário...) Na maioria dos países a taxa supera os 70%!

Resolvermos as reformas estruturais, melhorarmos a educação, reduzindo o abandono escolar, dando aos Jovens verdadeiras saídas profissionais e não fabricando frustrados candidatos a “doutores de qualquer coisa, mas doutores...”; recuperar o atraso em relação à “estratégia de Lisboa”; definir, de forma inovadora e pragmática, um novo quadro de relações na CPLP, aproveitando a sua inserção geográfica e reforçando laços com África e América Latina; olhar de frente para Espanha, são desafios que dependem de nós e só de nós!!

Se não formos capazes de ter a audácia de vencer estes e outros desafios, preparemo-nos, pois a “resignação” rapidamente passa a “sentimento de derrota”.

Vêm aí umas eleições europeias. Se os candidatos forem capazes de explicar que a Europa é mais que as arrelias da pesca, dos direitos alfandegários e das quotas leiteiras, e que o Quadro Comunitário de Apoio não é a coisa mais importante do mundo, já será muito bom! Daríamos menos atenção a certo tipo de análises doentias.

A Europa é muito mais do que isso! É um espaço de solidariedade (é, por exemplo, quem mais ajuda os países menos desenvolvidos), de paz e de prosperidade para os seus cidadãos.

E também de respeito pelos Direitos Humanos e pelos muitos com-



promissos em que deve assentar uma globalização de onde a Ética não se ausente. Por isso, assinámos o Protocolo de Quioto e defendemos a necessidade do Tribunal Penal Internacional.

Por isso, é tão importante a adopção da Carta Europeia dos Direitos Fundamentais no quadro do novo Tratado Constitucional.

Um jornalista queixou-se há semanas que não obtinha respostas para uma série de questões e rematava assim o seu artigo:

“São questões que não envolvem a tradicional negociação do quanto nos darão no próximo QCA mas, sim, ideias e ideais para a Europa. São o tipo de coisas que seria legítimo esperar ver discutidas numa campanha eleitoral. Infelizmente, parece que ficamos só pela linguagem dos cartões amarelos e vermelhos. Depois queixem-se por as pessoas preferirem o futebol!”

Acho, justamente, que o futebol é um bom exemplo! É um domínio onde a ideia de Europa se instalou definitivamente: hoje, há portugueses que são pelo Barcelona, outros pelo Real, outros ainda pelo Lazio ou pelo Manchester.

O futebol soube aproximar-se dos cidadãos!

O grande desafio que está lançado na Europa é, precisamente, o de as suas instituições descobrirem como torná-la mais próxima dos cidadãos, para que eles percebam o grande capital económico, social e político que conseguimos congregar desde a declaração de Schuman, nestes cinquenta anos de Paz.

Essa aproximação faz-se, sobretudo, com ideias e ideais, mas também com o gosto pela vitória e não com a preocupação de pequenas vitórias pírricas, sem ambição maior do que a de olhar para o próximo umbigo! †

*DEPUTADO À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Alargamento da União Europeia Novos Vizinhos

MARIA REGINA DE MONGIARDIM*

Antes de me pronunciar sobre qualquer aspecto deste meu último livro, quero, em primeiro lugar, expressar os meus mais sinceros agradecimentos ao Senhor Professor Doutor Adriano Moreira, seu verdadeiro mentor, por ter aceite apresentá-lo, o que constitui, para mim, uma enorme honra e mais uma oportunidade de poder partilhar do seu convívio, da sua sabedoria e dos seus profundos conhecimentos sobre temas internacionais. Agradeço, também, ao Dr. Nuno de Carvalho, responsável pela Editora Prefácio, o esforço que desenvolveu para tornar possível a publicação desta obra, a escassas semanas da data marcada para o alargamento da UE, em Maio próximo, conferindo-lhe, assim, uma moldura temporal de actualidade, que reputo de extrema importância, por uma variedade de óbvias razões.

O conteúdo deste livro não pretende dar respostas às inúmeras questões que se colocam sobre o presente alargamento da UE, quer no plano interno, quer a nível da sua geografia exterior de proximidade. É, pelo contrário, o resultado de uma reflexão sobre a mais recente problemática da Europa, tendo em conta os enormes desafios que se desenham no horizonte futuro da União Europeia alargada. É por demais evidente que, neste contexto, não poderia deixar de fazer referência a Portugal e à sua situação de país periférico da

»

União, que vê aumentados, quer os riscos dessa mesma periferação, quer as suas responsabilidades como Estado-membro, e diminuídos os seus benefícios, à medida que o centro de gravidade da política europeia se continentaliza e que as novas fronteiras da Europa se tornam mais longínquas e se aproximam de outros lugares da geografia planetária, relativamente aos quais não existe, da parte do nosso País, nem tradição histórica de relacionamento, nem capacidade de influência ou penetração.

Esta reflexão funda-se, pois, na necessidade de adopção de um conceito estratégico da nova Europa alargada, teimosamente inviabilizado pela falta de uma única identidade europeia, e de uma revisão do conceito estratégico nacional, em mudança, face às alterações políticas estruturais internas e aos ditames da nova ordem em construção.

O próximo alargamento da UE a dez novos Estados-membros do Leste e do Sul do continente europeu (Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia, República Checa, Eslováquia, Hungria, Eslovénia, Malta e Chipre) veio suscitar a necessidade de uma reflexão sobre as novas fronteiras da Europa, tanto mais necessária, quanto é certo estarmos a viver uma época particularmente conturbada, em que o território, delimitado por fronteiras físicas, já não constitui, como antes, um espaço vital de segurança e de regulação das necessidades das populações; em que os Estados-soberanos – velhos pilares do sistema – entraram em crise; em que a política parece ter cedido lugar à economia, e em que a globalização é vista como a própria ordem mundial e não como um seu elemento dinamizador; em que o factor mediático, através das novas tecnologias de informação e comunicação, adquiriu uma função operativa prevalecente; em que a geopolítica viu reduzida a sua importância, como elemento de ponderação das políticas externas; e em que as sedes de poder se polarizaram, como se polarizaram, também, as ameaças.

Actualmente, a questão das fronteiras da Europa suscita mais interrogações do que respostas, na medida em que se desconhece quais serão os seus limites físicos, como se irão articular os respectivos

processos de alargamento e de aprofundamento, quais serão as suas potencialidades e capacidades, e quais as consequências que daí advirão, nos diversos campos político, económico, social, cultural, de segurança e defesa.

Como responder aos desafios da proximidade e da interdependência? Como lidar com o isolamento de Estados, que ainda oscilam entre a nova e a velha ordem ideológica bipolar do mundo, como a Bielorrússia, por exemplo?

Como ultrapassar os vestígios da Guerra Fria, designadamente, no que se refere ao relacionamento entre a UE e a Rússia?

Como solucionar os riscos da aproximação da Europa a outras zonas conturbadas da geografia mundial?

Quais as relações com os *Novos Vizinhos*, não apenas no que diz respeito à União Europeia, mas, também, no que se refere à NATO, à OSCE e ao Conselho da Europa, cujas fronteiras físicas de referência e de matriz conceptual se tocam e entrecruzam, sem, todavia, coincidirem no mesmo perímetro geográfico e sem que definam um só território de convergências comuns?

Como harmonizar o deslocamento do eixo gravitacional da Europa, para Leste, com as suas periferias marítimas?

Como evitar novas linhas divisórias neste enorme e heterogéneo espaço geográfico?

Como acomodar as diferentes vocações geoestratégicas do espaço intraeuropeu?

Qual será, efectivamente, o papel que a nova Europa irá desempenhar no mundo?

No presente quadro de reunificação da Europa, e de criação de um novo modelo de convivência interna e externa, em que são delineadas novas fronteiras geográficas indicativas e ampliados os compromissos para com países e regiões circundantes da nova Europa alargada, a problemática dos *Novos Vizinhos* veio colocar-se com especial acuidade, tendo em conta os desequilíbrios e assimetrias existentes, as diferentes culturas e civilizações em presença e os valores ocidentais por que se rege a construção da nova



Europa, ainda pendentes, quer de aplicação, quer de aceitação universais. Por essa razão, um novo conceito estratégico de segurança – o conceito operativo da *Wider Europe/Iniciativa da Europa Alargada*, em torno do qual se articula uma nova política de vizinhança e de proximidade – ocupa hoje um lugar cimeiro da agenda política dos responsáveis europeus, conscientes dos desafios que se colocam a um extenso território em processo de tendencial desenvolvimento harmónico e cujas fronteiras externas devem, para tanto, ser preservadas das novas ameaças e dos riscos decorrentes dos desníveis sócio-económicos, de largos períodos históricos de incompreensão e de diferentes cosmovisões.

Decorre desse conceito uma nova filosofia sobre a segurança europeia, aplicada às relações com Estados-terceiros, geograficamente contíguos e próximos, que pretende sustentar uma política de vizinhança, mediante a qual se pretende estabelecer uma “*nova fronteira de paz e prosperidade*”, delimitando um “*arco crescente*” em torno da Europa, numa extensão territorial que abarca desde a Rússia euroasiática, passando pelos antigos estados-satélite do imperialismo soviético (Bielorrússia, Ucrânia e Moldávia), até ao problemático corredor islâmico, que vai desde as costas do Mediterrâneo ocidental, no Maghreb, até às margens do Mediterrâneo oriental, no Mashrek, culminando no Mar Negro.

Não contemplados nesta nova “*fronteira de vizinhança externa*” da União, encontram-se os futuros candidatos à adesão: a Roménia, a Bulgária, os Países Balcânicos e a Turquia, objecto de uma política diferenciada de pré-adesão e de distintos calendários, estabelecidos em função dos progressos desses mesmos instrumentos europeus auxiliares de harmonização político-económica.

Com referência explícita a elementos indicativos de natureza geográfica e a factores de natureza política, económica, social e cultural, este conceito de vizinhança traduz-se num novo “*regionalismo*”, em cuja arquitectura a União Europeia constitui o seu epicentro, mercê da interdependência crescente, da incorporação dos valores e princípios políticos que fundamentam a dinâmica interna da

União, da aplicação e desenvolvimento progressivo do conceito de Mercado Único (as 4 liberdades), bem como de uma dimensão operativa no relacionamento com estes países limítrofes de tipo horizontal, que, a partir de agora, incluirá a execução de programas de cooperação regional e transfronteiriça, em todas as áreas pertinentes, à semelhança da dinâmica empreendida no tecido regional intraeuropeu. A futura conglomeração dos vários instrumentos financeiros e de cooperação externa da União num único instrumento, similar ao actual INTERREG, servirá de sustentação à irradiação e desenvolvimento deste novo “regionalismo” alargado a outros espaços geográficos extra-europeus, fomentado a partir da Europa.

O duplo conceito da *Wider Europe/Novos Vizinhos* surge como fundamento de uma aliança estratégica entre a Europa alargada e os países das diferentes regiões geográficas limítrofes, presentemente arredados de quaisquer perspectivas de uma futura adesão, aliança essa que importa impulsionar e desenvolver, de molde a reduzir os riscos emergentes de novas e velhas fracturas existentes no seu espaço circundante.

É do conhecimento geral que a Europa não pode pretender posicionar-se como uma potência hegemónica de âmbito mundial. Os desajustamentos e ambiguidades na elaboração de uma política externa da União, as divergências nacionais quanto a uma política europeia de segurança e defesa comum, e as diferentes posturas quanto à natureza e funcionamento da União Europeia, por afectarem o que se considera ser o núcleo central da soberania dos Estados, mostram à exaustão essa mesma impossibilidade.

Ao ser assim, resta à UE assumir-se como um factor de equilíbrio de alcance mundial, agindo, predominantemente, na área da cooperação, na prevenção e solução pacífica dos conflitos, no respeito pela legalidade internacional e na defesa do multilateralismo, segundo um método e instrumentos adequados que privilegiam a ajuda ao desenvolvimento, a extensão do bem-estar, dos valores democráticos e do Estado de Direito, a defesa dos direitos humanos e o estreitamento das relações com outras culturas e civilizações.



Em vez de pretender sustentar a sua própria segurança em considerações de índole exclusivamente militar, inexecutáveis, a UE norteia a sua intervenção externa pela tentativa de solução das causas em que assentam as grandes ameaças da actualidade (terrorismo e proliferação de armas de destruição maciça), como sejam, a fome, a pobreza, o desrespeito pela dignidade da pessoa humana, as carências educativas e a destruição do meio-ambiente.

É óbvio que, em semelhantes circunstâncias, as questões da paz e da estabilidade devem ser perspectivadas atendendo, em particular, à proximidade geográfica dos locais de risco e instabilidade, como se, através de uma panorâmica em “zoom”, de um primeiro plano se tratasse. Donde, uma visão prioritária para as regiões e países circundantes da Europa alargada, com o conseqüente delinear de uma estratégia de segurança, que passará por reforçar, quer a vocação *pan-europeia* dos países limítrofes da nova Europa, quer os factores apelativos e atractivos da União alargada, numa acção conjugada que visa:

- criar e consolidar uma maior identificação com os valores humanistas existentes no seio da Europa;
- atrair os países-terceiros e incentivá-los para um maior esforço de coesão política, económica e social, envolvendo toda essa extensa área geográfica de vizinhança e proximidade, através da eliminação das assimetrias, dos desníveis sócio-económicos e das barreiras políticas e culturais existentes;
- e disponibilizar, de forma mais articulada, coerente e eficaz, uma maior ajuda aos Novos Vizinhos, aproveitando das diferentes vocações geoestratégicas, de novos recursos e das diferentes dinâmicas inerentes ao processo de construção da nova Europa.

O conceito de vizinhança europeia tem contornos tanto políticos e de segurança, como económicos, sociais e culturais, o que implica uma política de proximidade norteada pelos princípios humanistas da UE e assente em benefícios mútuos e obrigações recíprocas. No entanto, não se afigura ser possível exigir dos países vizinhos o cumprimento das suas obrigações de proximidade, sem que, em

contrapartida, lhes sejam facultados determinados direitos e benefícios. Por outro lado, considera-se que a política de vizinhança deve ter uma dimensão global e não selectiva, se bem que diferenciada e baseada na ideia de que a sua implementação deverá ser feita caso a caso, em função dos progressos de aproximação registados.

Coerentemente com a sua opção de potência militar de segunda grandeza, com a sua vocação humanista e com uma agenda política em que a paz e a estabilidade surgem como primeira prioridade, a Europa pretende conduzir uma política de diálogo e de cooperação reforçadas, favorável à redução das “*zonas de incerteza*” entre as sociedades e dentro delas, enquadrando o Estado soberano, como produtor e regulador do sistema, e desencadeando um processo de regeneração das estruturas, instituições e procedimentos políticos. A ajuda aos processos de transição dos países-terceiros situados na sua área geográfica de proximidade, seja aquela política, económica, social ou cultural, constitui, pois, um objectivo prioritário da União Europeia, tendente a erradicar os factores de risco e de conflituosidade, e a reduzir o fosso de incompreensão e as assimetrias entre a Europa e as regiões e países vizinhos.

A verdade é que, junto às novas fronteiras da Europa, continuam a observar-se problemas e conflitos que não foram resolvidos com o encerramento de Yalta, e de onde sopram ventos de instabilidade e chegam avisos de insegurança. As feridas sangrentas na região dos Balcãs, as tensões entre a Grécia e a Turquia, a divisão de Chipre, as questões húngara na Transsilvânia, romena na Moldávia, macedónia na Grécia, turca na Bulgária, as incógnitas sobre o futuro da grande Rússia, os milhares de exilados e deslocados que pululam em territórios que lhes são estranhos e hostis, a busca e afirmação de uma identidade nacional pós-comunista, o déficit de uma cultura e instituições democráticas, a dificuldade em fazer vingar o Estado de Direito e o respeito pelos direitos humanos, os desequilíbrios económicos, as fracturas culturais e civilizacionais, motivadas por diferentes credos religiosos e por uma história adversa, o vigor do islamismo e o arrebatamento das suas facções mais radicais, conjugam-se



para tornar mais vulneráveis as novas fronteiras externas da Europa. Em semelhante arquitectura, parece inquestionável a necessidade estratégica da União agir, de forma dinâmica e concertada, nesses diferentes cenários, mediante políticas diferenciadas mas coerentes, em função dos riscos, dos objectivos adequados a atingir e dos meios disponíveis. Aproximar da União a Roménia, a Bulgária e os países balcânicos ocidentais, inscritos nos processos de pré-adesão, de estabilização e de associação, promover o estreitamento das relações com esse actor global, que é a Rússia e em cuja órbita ainda se movimentam outros três Estados vizinhos da Europa Central (a Ucrânia, a Moldávia e a Bielorrússia), e estabelecer um quadro de entendimento recíproco e de colaboração para o desenvolvimento com os países mediterrânicos do Sul, parceiros da Europa no âmbito do Processo de Barcelona, constitui o cerne da política de vizinhança da *Wider Europe*.

Nesta nova Europa alargada, onde o peso da sua extensão continental fez deslocar para Leste o centro de gravidade da política europeia, a adesão de Malta e de Chipre veio significar, também, o reforço da ancoragem europeia no Mediterrâneo. Daí o facto de ter sido considerada politicamente oportuna e estrategicamente necessária a inclusão dos parceiros do Processo de Barcelona na política europeia de proximidade. Na realidade, é no Mediterrâneo que a fronteira externa da União, em regra, mais estanque do que porosa, apresenta um grau de maior conflitualidade, suscitando forte preocupação pela precariedade da situação política, económica e social dos países da margem Sul, pelos diferendos territoriais, pelos fluxos migratórios, pelos conflitos no Médio Oriente, pela incompreensão e desconfiança, e pelo problema candente do fundamentalismo islâmico, cuja influência perniciosa e desestabilizadora se vem fazendo sentir ao longo de toda a geografia circundante da Europa, penetrando nela.

Perante a nova geografia política europeia e as vicissitudes da época de anarquia madura em que nos encontramos, somos levados a concluir que, à medida que avançam e se concretizam os vários processos

de alargamento, as fronteiras da Europa são menos coesas e solidárias, na sua vertente interna, e mais difusas e problemáticas, na sua vertente externa.

Derrubados os velhos projectos imperialistas europeus, é o próprio projecto da Europa Unida que, hoje, está em causa. Não apenas sob o ponto de vista da sua viabilidade interna - dado o seu carácter multinacional, multiestatal, pluricultural e plurilinguístico, e o perigo de novas cisões internas, fruto de projectos hegemónicos que lançam para uma posição marginal outras nações europeias menos dotadas de poder político-económico - mas, também, sob uma perspectiva de fortalecimento e consolidação da sua imagem externa, que permita à nova Europa alargada afirmar-se, internacionalmente, como um bloco alternativo de poder mundial.

Construído sobre as ruínas de parte do antigo império soviético, sobre a linha divisória entre o Leste e o Oeste, e as experiências históricas da “*cortina de ferro*” e da Guerra Fria, o projecto da *Iniciativa da Europa Alargada/Novos Vizinhos* defronta-se, não apenas, com a problemática do reforço de uma matriz federalista, com os riscos de recomposição do *directório* europeu, com uma evolução interna a diferentes velocidades, contida no mecanismo das “*cooperações reforçadas*”, tendencialmente desagregadoras, e com a questão inconclusiva da identidade europeia, mas, sobretudo, com a perda de velocidade estratégica da Europa, com a ausência de uma política externa e de segurança comum, que sirva de pilar à política europeia de cooperação para o desenvolvimento, e com a aproximação da União Europeia a outros espaços geográficos de histórico antagonismo e de potencial conflitualidade interna e externa. Nesta perspectiva, a Europa posiciona-se, face ao exterior, com uma imagem de marcada vulnerabilidade, o que reduz a sua própria capacidade de intervenção e afirmação nos âmbitos político, económico, de segurança e defesa.

Se, no plano interno da UE, se têm vindo a acentuar os interesses nacionais em detrimento de uma Europa mais unida e solidária, no plano externo, as suas diferentes e complexas vizinhanças colocam



problemas diversos, a que não são alheias nem as distintas vocações geopolíticas de cada um dos Estados-membros, nem a questionável capacidade da União em desenvolver soluções para esses mesmos problemas, que não passam, somente, por uma estratégia conjugada de vários formatos de diálogo, mas, que dependem, sobretudo, de um fortíssimo investimento político e financeiro, de uma conjugação de esforços e de uma estratégia coerente e eficaz.

Neste sentido, mais do que uma visão economicista da paz e da estabilidade, tão correntemente difundida na actualidade, crê-se que a opção mais válida será, pelo contrário, ter sobre elas uma visão política estratégica.

Não obstante os esforços desenvolvidos para dotar a UE de alicerces capazes de concretizar, na prática, o conceito da *Wider Europe* (a futura Constituição, o documento “*One Europe*” e o futuro conceito estratégico europeu), a verdadeira realidade da nova Europa alargada é ainda pouco promissora, sobretudo, para os pequenos Estados, sejam eles velhos ou novos membros. Preocupante é, também, a problemática da nova vizinhança europeia, situada quase nos confins da *Eurásia* ou adentrada na *Umma*, em estreito contacto com diferentes culturas e civilizações, desde sempre pouco conhecidas e vistas sob o diapasão de preconceitos ideológicos e religiosos, relativamente às quais se podem atribuir poderosos ressentimentos face à civilização ocidental.

O recente alargamento veio provocar, de facto, um deslocamento para Leste do centro de gravidade da política europeia e um desequilíbrio interno de poderes e de orientação das políticas, que tende a remeter para a periferia alguns dos Estados-membros, como Portugal. Apesar de acompanhar, em termos institucionais, geográficos e conceptuais, as novas fronteiras da União, da NATO, da OSCE e do Conselho da Europa, o nosso País carece de tradição no seu relacionamento externo com os novos Estados-membros da União. Numa perspectiva periférica face ao núcleo central estratégico e de segurança da nova Europa alargada, Portugal encontra-se, efectivamente, numa situação de maior vulnerabilidade, tendo em conta

o cruzamento de três factores: a emergência deste novo desequilíbrio Leste-Oeste; o facto de ele se somar ao velho desequilíbrio Norte-Sul; e a localização do País na linha da frente da UE face aos vizinhos islâmicos do Norte de África

Neste cenário, as desvantagens do nosso País são evidentes, donde a sua aposta em incluir os países mediterrânicos do Sul na *Iniciativa da Europa Alargada/Novos Vizinhos*, como forma de desviar as atenções dos seus parceiros europeus para o flanco sul da Europa, em resposta a uma estratégia de reforço da sua própria fronteira meridional. País bifocal, em termos geopolíticos, esta estratégia portuguesa de desviar para o Mediterrâneo parte do esforço da *Iniciativa da Europa Alargada/Novos Vizinhos*, não poderia ser desligada da componente atlântica, geograficamente próxima, onde se concentram os seus principais interesses como nação independente e soberana, quer no plano interno do Estado, quer no quadro da sua vocação e orientação política externa. †

*DIPLOMATA E PROFESSORA UNIVERSITÁRIA. TEXTO LIDO NA APRESENTAÇÃO DO SEU ÚLTIMO LIVRO

Portugal e os novos desafios

A adesão de novos países à UE

MANUEL MONTEIRO*

Manda a educação, que comece por agradecer o convite que a Direcção do Instituto D. João de Castro entendeu fazer-me, para aqui reflectir sobre a União Europeia, actual e futura, e nela sobre o papel de Portugal.

Creiam que me sinto muito honrado. Desde logo pelo facto de vir à casa, penso que pela primeira vez, sede de uma Instituição cujo nascimento presenciei. Embora seja o mais ausente dos sócios, seguramente o menos cumpridor dos seus deveres, não esqueço, nem quero esquecer, que sou um dos Fundadores do Instituto D. João de Castro e que o sou por convite do Senhor Professor Doutor Adriano Moreira, ao tempo Presidente do CDS, era eu então Presidente da Juventude Centrista, numa época em que a luta pelos direitos dos pobres, pela defesa das classes médias, pela preservação e respeito das Instituições, pareciam sonho conspirativo de Avós e netos, unidos como nunca contra os barões do politicamente correcto. Estou certo, que um dia se escreverá sobre esse particular momento vivido em Portugal e que, com a tranquilidade devida, se homenageará quem, contra os ventos do utilitarismo político, não cedeu nas posições precisamente para não ter de ceder nos Princípios.

Mas vamos por agora ao tema que aqui nos trouxe. Seja-me permitido que recorde, e que recorde porque a memória não pode estar ausente da vida política, que, desde o seu início até aos dias de hoje, a União Europeia, antes chamada de Comunidade Económica Europeia

(CEE), conheceu 5 TRATADOS: Roma, Acto Único, Maastricht, Amesterdão e por último Nice.

Repare-se que falei de Tratados. E falei de Tratados, porque todos os intervenientes no processo da chamada construção europeia assim se referiram, sempre, aos textos que ao longo dos anos foram aprovando desde a fundação das Comunidades Europeias.

Este ponto, como veremos adiante, é da mais elementar importância, pelo que quando nos falamos de constituição europeia ou, eufemisticamente, de Tratado Constitucional, isso significa que não estamos a falar da mesma coisa. Querer confundir Tratado, com Constituição, pode ser útil à arte de confundir os cidadãos, mas é, no mínimo, um acto de desrespeito pela verdade que o combate político deve sempre ter e, no máximo, uma manifestação de má-fé política.

Como referi noutro momento da minha intervenção, dedicarei mais algum tempo a esta matéria.

I

Analisemos por agora o alargamento da União Europeia e as consequências que dele podem, realisticamente, advir para Portugal.

Uma nota desde já é aqui devida. Esta análise não pode ser dissociada da marcha da globalização económica, a que muitos chamam antes de mundialização, precisamente para evidenciar as consequências sociais, culturais e políticas, que o mercado dito livre, e sem qualquer barreira ou restrição, inevitavelmente transporta e espalha. A União Europeia não é uma ilha isolada do resto do Mundo, pelo que estudar ou debater o que nela se passa sem atender ao que à sua volta acontece, seria sinal de puro autismo. É que a realidade da livre circulação de pessoas, de capitais, de empresas e de mercadorias, das boas ou das más, já não é um exclusivo do espaço europeu, logo discutir as consequências do alargamento sem as enquadrar neste outro contexto é um erro que não queremos cometer.

Dito isto vejamos tão concretamente quanto possível, o que nos espera a curto e a médio prazo.



Destacaria 5 pontos:

- 1º) Diminuição progressiva e rápida das transferências de fundos comunitários;
- 2º) Maior distanciamento do grande centro de interesses económicos e financeiros;
- 3º) Concorrência aberta com países muito mais fortes do que Portugal, em domínios como o agrícola;
- 4º) Competitividade directa com mão-de-obra mais barata e, em vários casos, mais especializada e mais, ou mesmo muito mais, disposta a sacrifícios;
- 5º) Vontade de afirmação e de triunfo, por parte de quem acaba de entrar no clube da União Europeia.

Quanto ao 1º ponto - diminuição das transferências de fundos comunitários, penso não ser novidade para ninguém.

É perfeitamente compreensível que quem entra, disponha em género e número, do mesmo tipo de apoios que ao longo de anos fomos recebendo. Esta ideia de que podemos continuar a evocar sempre a nossa especificidade para receber, só receber, depressa se esgotará. Como é óbvio esta diminuição não será fácil para Portugal. Em muitos aspectos, conduzidos por políticos eleiçoeiros e sem visão de futuro, criámos o hábito de respirar porque outros por nós faziam o movimento de inspiração e expiração.

Ora esse tempo está a acabar. Contamos cada vez mais connosco, com a riqueza que soubermos produzir ou captar, pelo que este é um dos principais desafios que nos próximos anos temos pela frente.

Quanto ao 2º ponto - maior distância do grande centro económico - Portugal corre o risco de ser na Europa aquilo que o nosso interior é em relação a Lisboa e Porto. O exemplo está aí. Não são precisos grandes estudos para perceber o que políticas erradas fizeram do nosso país. Um barco desequilibrado, sem pólos intermédios de desenvolvimento.

Conclusão: O interior está mais só e no litoral não se vive melhor. Imaginem então as Senhoras e os Senhores se o nosso litoral fôr, progressivamente, caminhando para ser o interior distante da União Europeia.

Esta questão tem de envolver, e com a máxima urgência, a definição de uma Ideia de Portugal. Sem uma Ideia para Portugal, anterior à Política e às Políticas, viveremos do acaso, e um país que vive do acaso, e ao acaso, não tem grande futuro.

Quanto ao 3º Ponto - a concorrência directa de países fortes em domínios como o agrícola, não posso deixar de pensar, desde logo, na Polónia. Estudos de há cinco anos atrás revelavam que a Polónia com a dimensão territorial que lhe é conhecida, possuía tantas explorações agrícolas quantas as registadas em Portugal.

É motivo para dizer: Sem comentários.

A verdade é que hoje, salvo honrosas e raras excepções, repito salvo honrosas e raras excepções, não temos Agricultura, temos apenas Ministério da Agricultura. O que fazemos é algo semelhante a uma espécie de jardinagem agrícola e de quando em quando, de preferência com o aproximar dos actos eleitorais, lá vamos indo ao encontro dos agricultores, se para cá do Mondego nos encontrarmos, ou dos lavradores se para cima deste rio português nos posicionarmos. Mas atenção esta jardinagem vai ser afectada, ninguém o duvide, pelo que seria do mais elementar bom senso uma abordagem totalmente distinta deste sector.

Quanto ao 4º ponto - a competitividade da mão-de-obra ela já ai está, e não foi preciso que a União Europeia se alargasse ao centro e a leste, para começar a ser uma realidade no nosso quotidiano. É um quotidiano que está nas nossas casas, nos restaurantes, nas bombas de gasolina, nas oficinas, na construção civil e nas obras públicas.

Significa isto que a competitividade neste campo, está não só nos países com mão-de-obra residente mais barata, como no nosso próprio território. Fácil será concluir que teremos de alterar hábitos de trabalho, modelos de organização e acima de tudo, de uma vez por todas, de ligar a Escola às Empresas.

Por último o 5º ponto - a vontade de afirmação de quem acaba de entrar.

Este é, Minhas senhoras e meus Senhores, para mim, o principal desafio. A maioria dos cidadãos que recentemente votaram sim à entrada na União Europeia, querem triunfar. Estão confiantes



e têm pressa do futuro. E nós? O que se passa connosco? Muitos estão conformados, outros deixaram de acreditar e uma larga percentagem tem a tristeza espantada nos olhos.

E agora? Perante isto o que fazer?

Agora vamos em frente. Vamos trabalhar e trabalhar bem porque o País que nos legaram não foi para ser gasto ou extinto por nós. Temos de transmitir o legado e um legado mais forte e mais rico, se quisermos honrar o nosso nome e ser dignos da nova geração portuguesa.

II

Permitam-me agora que olhe para o palco político e veja como estão os nossos representantes a preparar a União Europeia para receber mais países. Cabem aqui então as considerações que inicialmente fiz a propósito de tratados e de constituições.

Porquê? A razão é simples.

Acabaram os trabalhos de uma convenção reunida propositadamente para reformar os Tratados comunitários e prepara-se a Conferência Intergovernamental que analisará o documento proposto, para posteriormente o submeter à votação dos Parlamentos nacionais, ou, sendo disso caso, dos cidadãos eleitores através de referendos.

E o que nos ofereceu a convenção?

Ofereceu-nos uma Constituição, não nos ofereceu outro Tratado, ofereceu-nos, repito, uma Constituição!

E como é óbvio se a convenção nos oferece uma Constituição e não um Tratado, um outro Tratado, é porque assim o quis. É ela própria a distinguir a natureza das coisas, pelo que não colhem as intervenções de quem por cá tenta esconder o facto e silenciar a consequência.

Um Tratado, como refere o Doutor Paulo Ferreira da Cunha, tem força jurídica dependente e derivada de poderes públicos nacionais, uma Constituição é, continuando a citar o mesmo autor, "sempre, uma fundação ou uma refundação, não um corolário, uma abóbada num edifício institucional".

Mas devemos ir ainda mais longe apoiando-nos agora, para não sermos acusados de sectarismo intelectual, em Gomes Carrotilho que nos diz o seguinte: "Com Tratados temos relações de tipo horizontal entre os Estados, nomeadamente quando estes definem o sistema jurídico-político em que se movem e apoiam, já com as Constituições essas relações passam a ser de tipo vertical.

Ou seja, quando falamos de Tratados falamos, preferencialmente, de relações entre Estados, quando falamos de Constituições falamos de relações entre o Estado e o Povo. Ora minhas Senhoras e meus Senhores falar de relações entre Estados, não é a mesma coisa do que falar de relações entre um Estado e o seu povo. Então se o que temos pela frente é uma Constituição e não um Tratado, isto quer dizer que estamos em vésperas de uma das mais profundas mudanças políticas no quadro da União Europeia.

É legítimo que haja quem o deseje, é legítimo que haja quem o proponha, é legítimo que haja quem o defenda, mas não é legítimo que o esconda, não é legítimo que o negue, não é legítimo que o confunda, não é legítimo, numa palavra, que se diga igual o que notoriamente é diferente e o que manifestamente tem consequências políticas totalmente distintas e opostas.

Mas se nos querem impôr uma Constituição temos de fazer perguntas, e começamos desde já: a quem pertence o Poder Constituinte nas Democracias? É aos Governos, é aos representantes dos governos e dos parlamentos, sem que para tal estejam devidamente mandatados? O que sabemos é que o poder Constituinte pertence ao Povo, porque só o povo pode decidir sobre a sua própria ordem política. Ora, do que se trata aqui senão da definição de uma nova ordem política, de uma nova ordem económica e de uma nova ordem social? Como admitir então que o Povo, directamente ou através de representantes devidamente mandatados para o efeito, seja o último a pronunciar-se sobre o assunto?

Mas há ainda uma outra questão que se nos afigura pertinente: se existirá uma Constituição, qual será o seu referente? A sociedade ou o Estado? Dito doutra forma: faz sentido que exista uma Constituição



Europeia, sem que venha a existir um Estado Europeu? Perguntemos ainda doutra forma: pode haver uma Constituição Europeia sem existir um Estado Europeu?

Para mim esta Constituição é a antecipação de um Estado, um Estado dotado de poderes, com órgãos para os executar e fazer cumprir. Um Estado que já tem em embrião uma polícia, que prepara um Exército e que já se apresenta com um Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Assim sendo, e pese embora a boa vontade dos que defendem a Constituição Europeia e lhe dão como referente a sociedade, talvez para evitar a ideia de um Estado centralizado com sede legal em Bruxelas, temos de lhes dizer: desiludam-se porque ao poder de facto só faltava a consagração legal e ela aí está e chama-se Constituição Europeia e prepara-se para exercer, talvez sem pompa mas com muita circunstância, o seu verdadeiro poder relegando para plano secundário as Constituições dos Estados- Membros.

III

Vejamos agora, ainda que sumariamente, o que nos reserva de mais revelador esta Constituição Europeia:

1º) Define, para que nenhuma dúvida reste, o que são ou possam ser, as funções essenciais dos Estados, dos Estados-Membros. Trata-se de algo que não pode passar em claro. Qual Assembleia da República que aprova o Estatuto das suas Regiões Autónomas, também a Constituição Europeia estipula e limita as competências dos Estados Nacionais;

2º) Atribui Personalidade Jurídica à União Europeia. Conferindo-lhe assim o atributo de sujeito internacional, de pleno direito, na elaboração e aprovação de tratados.

Aquilo que estava reservado aos Estados- nacionais, passa agora a ser da competência da União Europeia;

3º) Assume, taxativamente, que, passo a citar: "A Constituição e o direito adoptado pelas Instituições da União no exercício das competências que lhe são atribuídas têm primazia sobre o direito dos Estados-Membros.

O que quer isto dizer? A resposta é simples: que a Constituição europeia prevalece sobre as Constituições dos Estados-Membros;

4) Dota a União Europeia de competência em todos, repito, todos, os domínios da política externa;

5) Cria um Ministro dos Negócios Estrangeiros da União, que passará a ser um dos Vice-Presidentes da Comissão!

É caso para perguntar: para que servem então, daqui para a frente, os Ministros dos Negócios Estrangeiros nacionais, bem como os respectivos Ministérios? Tenho para mim que este ponto é do particular agrado da Sra. Ministra das Finanças, Dra. Manuela Ferreira Leite.

Perante o que acabo de lhes expor acham as Senhoras e os Senhores que o problema no texto proposto pela Convenção está na existência de um Presidente eleito para o Conselho Europeu?

Então não há outras questões, e bem mais relevantes, que deveriam incomodar os representantes portugueses? Ou será que estão de acordo com tudo o mais que está escrito neste projecto de Constituição?

IV

Por último seja-me consentida uma reflexão breve sobre a possibilidade de realização de um referendo a propósito desta matéria.

Como sabem sempre me bati pela consulta aos portugueses. Sempre! E fico contente pela aceitação do princípio, numa questão como aquela que aqui abordamos. Mas defender o princípio não significa pactuar com quem queira desvirtuá-lo. Fará sentido que o Governo vote na Conferência Intergovernamental uma Constituição para a Europa e só depois pergunte aos portugueses se estão de acordo? O que vamos então votar? A Constituição ou a posição do governo sobre essa mesma Constituição? Ou as duas coisas? E caso a maioria dos eleitores diga "Não", que consequências políticas daí retira o governo? Demite-se, pede a convocação de eleições gerais antecipadas? Diz a imprensa que o governo pondera propor a realização do referendo no dia das eleições europeias. Mas, nesse caso, o que vamos fazer? Referendar a Constituição Europeia ou plebiscitar os candidatos ao parlamento europeu?



Como se vê de nada serve alimentar um consenso estéril, só porque finalmente o poder, lá do seu alto, nos anuncia que vamos poder votar sobre a União Europeia. Esta consulta pode estar viciada e estar viciada quer nos termos em que é proposta, quer nos termos em que é feita. E nós não podemos colaborar com esse vício.

Referendar esta proposta de Constituição Europeia é de facto uma exigência, mas precisamente por ser uma exigência é que esta consulta não pode ser adulterada. †

*POLÍTICO E DOCENTE UNIVERSITÁRIO.

CONFERÊNCIA PROFERIDA NO INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO, EM 17 DE JULHO DE 2003

Ensino Livre

A derradeira salvaguarda da educação do carácter

JOÃO CARLOS ESPADA*

Vivemos tempos paradoxais e a escola parece concentrar em si muitos dos paradoxos dos tempos que vivemos. As modernas teorias emanadas das chamadas ciências da educação celebram a diferença e a diversidade e questionam a própria existência dos conceitos de bem e de verdade - até mesmo o conceito de busca do bem e da verdade. O bem e a verdade deixam de ser vistos como padrões exteriores que os homens procuram descobrir, ou dos quais procuram aproximar-se, e passam a ser declarados como construções sociais arbitrárias, subjectivas e equivalentes.

Paradoxalmente, os defensores destas teorias são também em regra os mais ardentes defensores da chamada "escola pública", na sua actual organização centralizada e comandada monisticamente a partir de cima, imune às escolhas das famílias. Este é o paradoxo: por que é que os defensores da inexistência de valores objectivos são simultaneamente os mais acérrimos críticos da escolha das escolas pelas famílias?

Ao discutir este paradoxo, irei defender que três direcções principais são, a meu ver, necessárias para reforçar a qualidade da educação: descentralizar o sistema educativo, submetê-lo à disciplina da concorrência, e torná-lo mais permeável à escolha das famílias.

A razão é relativamente simples: o sistema educativo - tal como os media e outros sectores centralizados - está a ser crescentemente dominado por uma cultura contrária à educação do carácter. Essa cultura - em rigor, essa contra-cultura - é minoritária relativamente ao que pensa boa parte das famílias e das pessoas comuns. Mas ela alastra vertiginosamente entre sectores que se promovem mutuamente



e que são muito “vocais”: eles são o alvo preferido e os protagonistas principais dos media.

Há dois grandes tipos de solução para esta dominação crescente da contra-cultura. Um consistiria em tentar substituir a actual contra-cultura centralizada por uma “contra-contra-cultura” centralizada. Além de vários outros inconvenientes, dificilmente este tipo de solução seria compatível com uma atmosfera liberal democrática.

Outro tipo de solução consiste em quebrar a centralização monolítica da contra-cultura e introduzir concorrência e pluralismo no sistema - designadamente no sistema estatal de educação, mas outros poderiam ser citados. Esta solução consiste em apostar na gradual derrota da contra-cultura através das escolhas das famílias e das pessoas comuns.

Tentarei defender este segundo tipo de solução. E o meu argumento terá três momentos principais: começarei por recordar o debate sobre o papel da família e do Estado na educação; a seguir, recordarei como o sistema de ensino português está excessivamente centralizado; finalmente, argumentarei que o sistema deve ser reequilibrado a favor das famílias.

I. FAMÍLIA E ESTADO NA EDUCAÇÃO DOS MENORES

O problema de saber a quem compete em primeiro lugar a responsabilidade pela educação dos menores - se às famílias se ao Estado - tem sido um tema fundamental de separação das famílias políticas desde, pelo menos, Platão e Aristóteles, há 2500 anos.

Existe uma tradição de pensamento que remonta à *República* de Platão - e na qual podemos incluir autores mais recentes, como Rousseau, no século XVIII, ou Marx, no século XIX - que atribui ao Estado a primeira responsabilidade pela educação. Há diferenças importantes entre as concepções de Estado destes autores: em Platão temos um Estado dirigido pelos filósofos ou pelo Rei-filósofo, enquanto em Rousseau e Marx temos, pelo menos em teoria, um estado de todos, da chamada Vontade Geral, em Rousseau, ou da

comuna autogovernada, em Marx. Mas em todos eles - Platão, Rousseau e Marx - temos sempre a prioridade do Estado sobre as famílias na educação (bem como, aliás, em todas as outras áreas importantes da vida social).

Existe outra tradição, que também possui diferenças internas, mas que reúne autores como Aristóteles, S. Tomás de Aquino, John Locke, Adam Smith, Edmund Burke, ou Alexis de Tocqueville. Todos eles concordam que a responsabilidade pela educação dos menores cabe em primeiro lugar às famílias. A expressão "em primeiro lugar" é apropriada porque nenhum dos autores desta segunda tradição considera que a responsabilidade das famílias é única, ou exclusiva, ou absoluta. Todos atribuem também uma responsabilidade ao Estado, mas trata-se sempre de uma responsabilidade *supletiva* ou complementar - que visa sobretudo *garantir*, ou *facilitar*, e também *regular* o exercício efectivo das liberdades de aprender e ensinar.

Tudo isto é relativamente conhecido e não desejo maçar-vos demasiado com a história do pensamento político. Há um ponto, todavia, que me parece importante desenvolver e que se prende com o paradoxo que referi no início: porque é que uma cultura pública que se reivindica da liberdade ilimitada - a liberdade de emitir programas pornográficos na televisão à hora de jantar, por exemplo - recusa a liberdade básica de as famílias escolherem a escola dos seus filhos? Este é um ponto da maior importância filosófica, política e prática. Como é que se pode negar a liberdade em nome da liberdade?

A resposta, creio, é a seguinte: a liberdade de que se reclamam aqueles que designarei por "estatistas" não é a liberdade dos indivíduos concretos, ou das pessoas, que conhecemos no dia-a-dia. As pessoas que nós conhecemos (e que nós somos) são pessoas enraizadas em *modos de vida realmente existentes* - pessoas com uma família, uma profissão, alguma propriedade, eventualmente uma igreja, seguramente uma concepção particular do bem e da vida. São pessoas *concretas* e, portanto, também pessoas *variadas*.

Em contrapartida, os indivíduos a que se referem os defensores da



liberdade ilimitada - os indivíduos de que falavam Rousseau ou Marx - não são estas pessoas concretas, ou, para ser mais exacto, são apenas algumas dessas pessoas. São aqueles que têm uma interpretação muito especial de liberdade: os que vêem a liberdade como *libertação de todos os laços sociais particulares* que nos ligam àquilo que nos é *familiar*. É por isso que, em bom rigor, esta liberdade como libertação do familiar supõe a ideia de um *Homem Novo* - um homem que, no dizer de Rousseau, Marx e até Platão, se *desenraizou* de todos os laços particulares e que começou a raciocinar a partir do zero. É o cidadão espartano que Rousseau elogiava, o proletário comunista de Marx, ou o filósofo de Platão. Não é por acaso que todos eles condenavam a família e a propriedade privada, duas expressões fundamentais de laços particulares ou familiares.

O problema como esta doutrina da liberdade enquanto libertação do familiar é bastante simples: a maior parte das pessoas não quer libertar-se do que lhe é familiar. As pessoas têm os seus modos de vida aos quais estão "attached", estão ligadas, e esses modos de vida têm valores que não são os do *Homem Novo*. A construção do *Homem Novo* vai por isso requerer um enorme exercício de *engenharia social* visando *redesenhar* a partir de cima os modos de vida das pessoas. Essa engenharia social vai ter como alavanca fundamental a educação, a qual, pelos motivos enunciados, terá de ser *centralizada, una e indivisível*.

II

Gostaria agora de alertar para que não estou a pretender dizer, nem sequer insinuar, que as pessoas que defendem o ensino estatal são necessariamente subscritoras das teorias do *Homem Novo* ou da *engenharia social*. De facto, não estou. Existem muitas e nobres razões para defender o ensino estatal que nada têm a ver com essas teorias autoritárias. Mas, o que estou a tentar mostrar é a doutrina fundamental que subjaz ao ensino estatal, quando este é visto como adversário do ensino particular e da liberdade de escolha das famílias. E estou a tentar alertar as pessoas que possam ter uma certa hostilidade

contra o ensino particular para as premissas intelectuais e as consequências políticas que essa hostilidade teve no passado e continua a ter no presente.

Pode agora ser-me contraposto que só alguns extremistas defendem em Portugal o ensino estatal enquanto adversário da liberdade das famílias e enquanto sistema centralizado, uno e indivisível. Infelizmente, não creio que isso seja verdade. É verdade que só alguns extremistas subscrevem as doutrinas de Platão, Rousseau e Marx. Mas, infelizmente, muita gente é hostil à liberdade das famílias, sem saber que está dessa forma a ser útil aos projectos extremistas herdados de Platão, Rousseau e Marx.

Talvez poucos defendam abertamente o projecto de um sistema educativo centralizado, uno e indivisível, imune às escolhas das famílias. Mas o nosso sistema educativo está muito próximo disso. Vejamos alguns exemplos:

1. Até Agosto de 2001, os resultados obtidos pelas escolas nos exames nacionais eram mantidos secretos pelo Ministério da Educação.
2. Ainda hoje, não pode haver escolha da escola estatal pelas famílias, sendo a escola atribuída obrigatoriamente de acordo com o local de residência.
3. Existe uma desigualdade chocante no tratamento das escolas e das famílias perante a lei: as escolas do Estado são gratuitas e pagas pelos contribuintes, quer os seus filhos as frequentem ou não; as escolas particulares têm de cobrar propinas, pagando a dobrar os contribuintes cujos filhos as frequentam - pagam as propinas dessas escolas particulares e pagam os impostos para as escolas do Estado.

Em meu entender, um passo novo e muito grave foi dado pelo Estado na sequência do referendo sobre o aborto, em que a proposta de legalização do aborto gratuito a pedido foi derrotada. Esse passo consistiu na introdução de um *programa central, uno e indivisível de educação sexual* nas escolas. Considero esse programa uma gravíssima manifestação de engenharia social autoritária. Trata-se de um típico programa



de *Homem Novo*, contrário à maior parte das convicções da maior parte das famílias. Nele se defende que todos os comportamentos sexuais são igualmente válidos e dignos de adopção. O único constrangimento colocado à promiscuidade sexual é o da segurança. Este é, aliás, o mesmo princípio explicitamente adoptado pelas campanhas sexuais do Ministério da Saúde, pagos pelo dinheiro dos contribuintes. Felizmente, estas atitudes foram corrigidas pelo actual Governo.

Julgo que aqui chegamos ao culminar do paradoxo de que falei no início: em nome da liberdade, um grupo central de especialistas quer impor às famílias um código de valores que contraria flagrantemente os valores livremente assumidos por grande parte das famílias. É perante esta situação que urge tomar medidas sensatas para evitar que, mais tarde, venha a ocorrer um choque radical entre as famílias e os especialistas. Essas medidas devem visar reequilibrar o nosso sistema de ensino. Dado que ele está desequilibrado para o lado do Estado, as reformas devem reequilibrá-lo para o lado das famílias. Não se trata de combater ou de privatizar as escolas estatais. Trata-se de as descentralizar, de lhes permitir que adoptem diferentes projectos educativos e de as submeter em seguida às escolhas das famílias. Para isto ser possível, é ainda indispensável consolidar e reforçar a divulgação dos resultados obtidos pelas escolas - para que as famílias os conheçam e possam escolher em conformidade.

Mas há outro passo fundamental: é preciso terminar com o profundo desequilíbrio entre o financiamento das escolas particulares e das escolas estatais. Neste capítulo, seria muito importante conhecer os custos da educação por aluno em cada escola. Temos razões para pensar que, ao contrário do que se julga, o custo nas escolas do Estado é em média superior ao das escolas particulares - sendo que os serviços oferecidos não são em regra superiores. Isto pode ficar a dever-se a má gestão, o que não seria de espantar, dado que as escolas do Estado não estão submetidas à concorrência de ninguém, enquanto as escolas particulares estão submetidas à concorrência desleal das escolas do Estado. Se assim for, isso significa que a passagem

para um sistema de financiamento às famílias, em vez de às escolas, custaria menos aos contribuintes.

Não pretendo, no entanto, apresentar um programa sobre a reforma do sistema. Pretendo apenas sublinhar os desequilíbrios que patenteia e apelar a uma vasta discussão pública sobre o tema. E pretendo apelar a que essa discussão permita que as nossas escolas sejam cada vez mais, e não cada vez menos, escolhidas pelas famílias. †

* DIRECTOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA E DA REVISTA *NOVA CIDADANIA*. PRESIDENTE DA DIRECÇÃO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CIÊNCIA POLÍTICA E DA SECÇÃO PORTUGUESA DA INTERNATIONAL CHURCHILL SOCIETY. CONFERÊNCIA PROFERIDA NO INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO, EM 6 DE NOVEMBRO DE 2003



Informações e Segurança

Estudos em honra
do General Pedro Cardoso

Editora Prefácio, Lisboa, 2004

ADRIANO MOREIRA*

Este livro - *Informações e Segurança* - é composto por uma série de estudos interdisciplinares escritos em honra e memória do General Pedro Cardoso. Começarei por tecer algumas considerações sobre o tema e, depois, lembrarei as razões pelas quais os estudos se organizaram tendo a figura do General como referência.

Entrámos no terceiro milénio enfrentando um desafio à validade de todos os conceitos relativos à segurança e defesa, partindo do facto primeiro de estar em crise o modelo de Estado soberano em que assentou o clássico desenvolvimento do tecido conjuntivo da comunidade internacional, de

ser fluida a definição da polemologia do século XXI, de toda a prospectiva estar subordinada ao preceito de que “o presente é complexo e o futuro é radicalmente incerto”.

Se todos os Estados e comunidades estão afectados por esta tendência que os analistas mais esperançosos chamam “anarquia madura”, os pequenos Estados, sobretudo os que participaram nas responsabilidades mundiais até a extinção do paradigma da colonização euromundista, foram os mais atingidos pelo fim da *vida habitual* que se designa por ordem estabelecida.

Portugal foi dos mais severamente atingidos, entre os países da

frente marítima atlântica, pelo esgotamento do seu conceito estratégico nacional secular, pagando o duro preço de uma guerra de treze anos.

No período dos anúncios mal lidos da mudança radical, que na década de sessenta iniciaria a reivindicação armada, as elites responsáveis, militares e civis, abarcaram subitamente o mundo em mudança, e tão contrário à então perspectiva portuguesa da vida habitual, ao entrarem respectivamente na NATO e na ONU.

Não é oportuno recordar aqui o trajecto dos serviços de informação, nas Forças Armadas e necessariamente no Ministério do Ultramar, porque a menção se destina apenas a sublinhar que o General Pedro Cardoso teve as duas experiências, apoiado na formação obtida na Military Intelligence School, quer porque foi em Angola o primeiro Director do CITA criado em 1961, quer porque teve intervenção pessoal na criação pelo Ministério do Ultramar, em 29 de Junho de 1961, dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações (SCCI) nas províncias cujos governado-

res o considerassem necessário. É aconselhável não incluir, nas omissões que pontuam a história da guerra no ultramar, quer o primeiro sinal de compreensão da necessidade de um serviço de informações que foi dado pelo Almirante Lopes Alves quando, em 1958, criou o Gabinete de Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, quer o processo ali desenvolvido a partir de 1961 para enfrentar uma situação que ultrapassou, e de algum modo contrariou, o pressuposto estratégico da NATO, onde predominavam os critérios da desmobilização colonial.

Recentemente recordava *John Keegan*, no seu *Intelligence in War* (2003) “uma das mais importantes verdades sobre o papel da “intelligence” na guerra: por valiosa que pareça a informação disponível antes de um empenhamento, o resultado, dada a igualdade de poder, continuará a ser decidido pelo combate; num combate, a determinação, ainda que garantida a igualdade de meios, será o factor principal”.

Na data em que se iniciaram as operações militares, no então ultramar português, eram escassos



os meios à disposição das Forças Armadas, era rudimentar o aparelho de recolha de informação disponível, não eram numerosos os oficiais que pudessem ter obtido as experiências, que referi, na NATO e na ONU, não era ainda muito consistente o esforço em curso para teorizar a articulação entre os modelos de vida habitual da ordem euromundista em queda, e os modelos de resposta em cuja formulação participaram com notoriedade aquelas duas instituições supranacionais.

Foi um caso de estudo em que a determinação a que se refere Keegan avultou como factor essencial, e neste domínio da *intelligence* logo começou a destacar-se o jovem Major Pedro Cardoso que tive a honra de nomear para a direcção do primeiro CITA - Centro de Informação e Turismo de Angola (1961).

A sua lembrada formação na Military Intelligence School apoiava o conceito profissional que já então o distinguiu, e essa foi uma escolha feliz, útil para os interesses portugueses, o valioso início de uma experiência que o acreditou para o desempenho

de altas responsabilidades que ao longo dos anos, em clima de crise nacional, lhe viriam a ser confiadas.

Naturalmente devem ser lembrados os estudos que, designadamente neste Instituto de Altos Estudos Militares, anteciparam nesta área a crise iniciada em 1961, recordando, apenas por exemplo, Hélio Felgas, Hermes de Oliveira, Nunes da Silva, os apontamentos ou guias organizados para a formação na área da intervenção do exército na guerra subversiva, e que algumas vezes, por intervenção do General Câmara Pina, puderam ajudar à docência no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Mas recordado isto, devo insistir, pela natureza do acto em que participamos, na excelência intelectual com que o General Pedro Cardoso, mantendo sempre viva a curiosidade científica e cultural, conseguiu mobilizar os saberes disponíveis para enfrentar uma conjuntura cuja mudança progrediu no sentido de entrarmos no milénio sabendo apenas que “o presente é complexo e o futuro é radicalmente incerto”.

Não é certamente necessário

lembrar neste auditório a carreira militar brilhantíssima que teve, aliás magnificamente recordada pelo *In Memoriam* escrito para este volume pelo seu ilustre camarada de armas, e autor reputado, que é o senhor General José Lopes Alves. Mas será sempre oportuno recordar aquela virtude de *ser fiel ao eixo da roda*, isto é, à tábua de valores que certificam a integridade de um homem, provada sem beliscadura em resposta a todos os desafios. Como se disse de São Thomas Morus, proclamado patrono de governantes e parlamentares por João Paulo II, *a man for all seasons*.

A partir daquele cruzar de vidas, na Angola de 1961, tive a felicidade de consolidar uma amizade sem desencontros com o General Pedro Cardoso, a qual durou até ao fim dos seus dias.

Foi a sua longa experiência e comprovado saber que me levou a pedir-lhe a colaboração, na qualidade de Professor Catedrático convidado, para integrar os regentes do Mestrado em Estratégia que organizei no I.S.C.S.P., da Universidade Técnica de Lisboa, e para me acompanhar na coordenação da *Revista Estratégia*, anual,

onde marcou uma intervenção dominante até ao 12^o. Volume, aparecido em 2002. Está nesta data substituído pelo Major-General Pinto Ramalho, que no I.S.C.S.P. fez o mestrado.

Foi o exercício da docência universitária que inspirou a organização do livro que nos reúne nesta cerimónia, porque essa é a tradição no que respeita aos professores, mas sugerimos que esta publicação sirva de ponto de partida no sentido de a tradição ser adoptada pelas Forças Armadas.

Finalmente desejo acrescentar algumas palavras sobre o magistério cívico e profissional do General Pedro Cardoso, e o seu legado.

A evolução da conjuntura, a profunda alteração da polemologia, a indefinição da ordem mundial depois do fim da Ordem dos Pactos Militares em 1989, a insegurança sem fronteiras, a criminalidade internacional, o terrorismo global que ameaça os ocidentais sempre de algum modo desavindos, tudo aponta no sentido de que o 11 de Setembro seja aviso suficiente para que os pequenos países reforcem os ser-



viços de informações, fortaleçam o aparelho diplomático, avaliem com rigor a capacidade de estarem presentes nos centros de decisão para não serem apenas os destinatários das decisões alheias. Uma das lições deixadas pelo General Pedro Cardoso, autoridade incontestada na área da *intelligence*, foi a de se manter firme no exercício do cargo de Secretário-Geral da Comissão Técnica do Serviço de Informações, animando a perícia possível dos serviços, transferindo a experiência para a docência, sem deixar abalar a sua fidelidade aos interesses nacionais pelo facto de os anos do seu último mandato terem corrido sem que a agenda do responsável político pela coordenação dos vários serviços de informação registasse

oportunidade ou necessidade de o encontrar.

Este exemplo foi certamente determinante para o facto de serem tantos, e de mérito tão destacado, os que quiseram juntar-se para organizar este livro, cuja realização editorial corresponde inteiramente à homenagem. À homenagem que lhe é devida pelo civismo, pela dedicação à instituição militar, pelos serviços prestados à investigação e à docência, pelo legado.

E também pelas qualidades humanas, que fizeram dele o exemplar chefe de família, o exemplar camarada e chefe, o exemplar docente, um senhor em todas as circunstâncias. Tudo sintetizável numa palavra só: um português. †

* TEXTO LIDO NA APRESENTAÇÃO DO LIVRO, NO INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2004



As Informações em Portugal

Pedro Cardoso

Edição do Instituto de Defesa Nacional / Gradiva, 2004

ADRIANO MOREIRA*

Quando, em 19 de Fevereiro passado, no Instituto de Altos Estudos Militares, foi lançado o livro intitulado – *Informações e Segurança*, conjunto de estudos em honra do General Pedro Cardoso, o tema das informações fora colocado na primeira linha das preocupações cívicas pelo atentado contra os EUA efectuado em 11 de Setembro de 2001, pela série de intervenções militares subsequentes, e pelo enquadramento de graves ameaças todas filiadas no modelo do *terrorismo global* com

que a frágil ordem internacional foi desafiada e abalada.

A imprevista humilhação da superpotência sobranceira do fim da Ordem dos Pactos Militares, ela própria caracterizada pela ameaça do holocausto nuclear, tinha chamado a atenção para a continuidade dos acidentes de imprevisibilidade de que a administração americana tinha experiência e consciência, uma constante teorizada por John Keegan no seu *Intelligence in War*, de 2003: o governo dos EUA fora designadamente surpreendido pela guerra do Médio Oriente

»»

de 1973, pela Revolução de Abril em Portugal, pela crise de Chipre, pela chegada da União Indiana ao patamar nuclear, e agora pelo poder errático da Al Qaeda, a confirmar que “o presente é complexo e o futuro é radicalmente incerto”.

A intensa concentração de todas as instâncias responsáveis sobre a desafiante problemática não impediria que, no tempo acelerado de todas as mudanças que enfrentamos, de novo fossem brutalmente surpreendidos pelo atentado que em Madrid, no dia II de Março corrente, mais uma vez demonstrou que o martírio dos inocentes é o elemento mais importante do “apocalipse da Razão”, como lhe chamou Adelino Torres, desta subida aos extremos sem modelo histórico de referência.

É justamente a incerteza que referimos que desafia a *inteligência*, tanto neste domínio das informações como na área das prope-dêuticas em que se apoia, porque não é demais insistir no carácter racionalizador deste serviço do Estado, submetido à debilidade estrutural de que é impossível ir além de tentar compreender

aquilo de que se conseguiu informação ou indício.

Esta perspectiva está presente em todos os ensinamentos legados pela acção e pela teorização do General Pedro Cardoso, de que o livro hoje lançado em nova edição é apenas uma parte.

Na data em que organizou os seus estudos destinados à *Revista Nação e Defesa* que recolhe grande parte do património deste Instituto de Defesa Nacional, o General experimentado nos desafios da guerra colonial, e chamado a enfrentar a reorganização do Estado e da sociedade civil portuguesa na década de 70 do século passado, surpreendia e anunciava duas novidades afirmadas na fluida conjuntura: a actividade sindical que necessitaria de “ser esclarecida sobre os perigos que a ameaçavam e apoiada para que sirva da melhor maneira os interesses dos trabalhadores”; e “a política partidária que tem de ser especialmente apoiada com toda a equidade”, designadamente “no planeamento da segurança das instalações e dos dirigentes quer em território nacional, quer no estrangeiro”. Não foram pacificamente recebidas

estas considerações dessa data, talvez porque ainda não puderam então ser lidas à luz da ética do Estado democrático, porque pesava, como pesou na elaboração do estatuto legal do serviço nacional de informações, a memória dos cânones dos regimes autoritários. Não obstante, o saber do autor não foi dispensado desde a referida década de setenta até à sua morte em 5 de Agosto de 2002, porque aquela leitura foi sempre severamente renovada ao ritmo da evolução intelegível da conjuntura, que rapidamente determinou que os problemas domésticos fossem ultrapassados pelas dependências transnacionais crescentes, e nessa situação nos encontramos perante o terrorismo global.

No entretanto, o problema da *opinião pública*, também ela submetida ao processo da mundialização, emergiu como realidade nova, condicionadora dos movimentos do eleitorado, das massas, e da política dos governos em crise de soberania.

Como demonstrou a catástrofe que atingiu a Espanha, um dos novos desafios que exigem conceptualização, racionalização, directivas e código de boas con-

duas, é o da relação entre as *informações*, os *media*, e os *centros de decisão política*.

Repensando apenas a variável que se afigura mais desafiante, ao mesmo tempo que a *opinião pública* condiciona já o processo internacional, também os centros de decisão política internos se encontram frequentemente ultrapassados pela *informação em tempo real*, que os media exercem apoiados em investigações autónomas.

A capacidade de ter e exercer uma função antecipadora, e no passado não raramente mistificadora, da opinião pública que vai medindo a legitimidade de exercício das soberanias, foi ultrapassada, e os centros de decisão política encontram essa opinião pública já organizada a partir dos media.

No trágico atentado de Madrid está um caso de estudo desta relação, que aponta para a actualidade do tema da *nova ordem da informação*, e para a premência de rever os conceitos governamentais da *inteligência*, o ambiente cultural que a rodeia, a consistência da educação para o exercício da cidadania que esta actividade de Estado permanentemente desafia.

Que desafia designadamente em



relação ao conceito do *Estado de Direito*, sempre em risco de desvios securitários sobretudo se o martírio dos inocentes, em que fundamentalmente se traduz o *modus operandi* terrorista, empurrar para directivas desse tipo, em relação às quais o General Pedro Cardoso precavia. Uma relação consistente, normalizada, responsável, entre *inteligência e media*, é básica para que a frente jurídica progrida sem desvios em relação aos direitos e garantias, entre os quais avulta, por lição da experiência em curso, o de eliminar a manipulação da informação. O governo britânico acaba de anunciar um plano, o qual deverá estar operacional em 2006, para combater a criminalidade de nova espécie, que inquieta o seu eleitorado, que ensombra a ordem mundial, e que abala as possibilidades de uma sociedade civil mundializada a viver em paz e segurança. O novo organismo – Serious Organised Crime Agency (SOCA) – toca deliberadamente na redefinição das garantias seculares da cultura jurídica britânica, e vai ganhando feição entre a ansiedade pública em relação às

ameaças pressentidas, e a preocupação cívica a respeito da integridade dos valores democráticos.

Nenhum país, e sobretudo nenhum país ocidental, pode deixar de assumir e participar em todas estas inquietações, e nenhum governo terá legitimidade assegurada se não assumir a urgência e o dever de se reorganizar para esta circunstância.

É excelente que possa recorrer ao património legado por servidores do Estado, como o General Pedro Cardoso, e que o sentido da urgência encontre estímulo no entendimento de que alguma negligência passada, que ele dolorosamente viveu e testemunhou, seria retribuída, nas circunstâncias presentes, com riscos e penalizações que o II de Março madrileno anunciou. A lição do General foi no sentido da prevenção dos riscos. A imposição dos factos é a da incerteza da conjuntura, a exigência cívica é a do envolvimento da sociedade civil bem informada, e confiante na legitimidade de exercício dos centros de decisão política. O livro de hoje é uma referência. †

* TEXTO LIDO NA APRESENTAÇÃO DO LIVRO, NO INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL, EM 29 DE MARÇO DE 2004



Terrorismo

Coordenador: Adriano Moreira

Edição Almedina, 2004

HELENA MATOS*

Catorze autores analisam o terrorismo ao longo de meio milhar de páginas. Uma das vantagens deste tipo de colectâneas é que permitem aquele ciclo do interromper–retomar da leitura sem ficarmos com a sensação de que quebramos e perdemos o fio de raciocínio da obra. Em contrapartida somos confrontados com textos de carácter desigual quer no interesse quer na forma de abordagem. Assim, os II textos deste livro não constituem de modo algum um “continuum”, antes uma espécie de mural e é um pouco como um mural que faz sentido abrir este livro.

Guardem-se portanto para o fim os textos de reflexão de Adriano Moreira, que, além do Prefácio, a que deu o título “Trajectória inquietante”, assina também o segundo artigo desta colectânea,

“Insegurança sem Fronteiras: o Martírio dos Inocentes”, e começa-se a leitura com “Terrorismo: o Apocalipse da Razão” de Adelino Torres. Cem páginas essenciais sobre o terrorismo, escritas com fluência e muita informação. Particularmente importantes são as contribuições de Adelino Torres na descrição de fenómenos como o ressentimento na génese para a descrição do terrorismo integrista. Igualmente perturbantes são as páginas que o autor dedica à ciência, sobretudo ao desígnio de vários países muçulmanos em criar uma ciência muçulmana. Este é um dos “Apocalipses da razão” descritos por Adelino Torres, a quem se deve também uma detalhada análise da situação económica actual do Próximo Oriente. Na mesma linha de descrição do terrorismo integrista,

»»

temos o texto de Maria do Céu Pinto, “A Jihad global e o contexto europeu”, cuja leitura é imprescindível na sequência dos acontecimentos de 11 de Março em Madrid e que igualmente ajudará a contextualizar a polémica sobre o uso do véu em França. Para a autora, a “Jihad global promove a teoria do Estado islâmico não-territorial que afirma que as comunidades muçulmanas no Ocidente deveriam ser entendidas como um Estado islâmico, territorialmente descontínuo, mas onde existe a obrigação de impor a lei islâmica”. O facto de os islamitas serem uma criação do mundo moderno, usando as tecnologias e circunstâncias desse mesmo mundo – políticas de acolhimento da UE, a propagação da Internet e a própria globalização – para melhor conseguirem os seus objectivos é um dos conceitos desenvolvidos por Maria do Céu Pinto e também por Maria João Simões autora do texto “Terrorismo(s) e usos das Tecnologias de Informação e da Comunicação”.

Menos descritivos e mais explicativos das diferentes formas de

combater o terrorismo são os artigos de dois militares que colaboram nesta colectânea, o tenente-coronel José García San Pedro e o tenente-general Garcia Leandro, e de Manuel Valente, Luís Fiães Fernandes e Nuno Rogeiro. Aqui o registo dos textos é claramente outro. Apesar das diferentes abordagens, jurídica no caso de José García San Pedro e Manuel Valente, militar por Garcia Leandro, e de política de segurança desenvolvida por Nuno Rogeiro e Luís Fiães Fernandes, perpassa nestes textos um olhar simultaneamente pragmático e cauteloso, o olhar de quem se assume numa postura de especialista perante um poder político que vive ao ritmo dos ciclos eleitorais. “Ensinar o poder político a criar cenários e estratégias” – é uma frase de Nuno Rogeiro e de alguma forma é essa a atitude patente nestes quatro artigos. Nesta antevisão dos cenários é particularmente representativo o artigo de Manuel Valente “Terrorismo, fundamento de restrição de direitos?”.

De alguma forma os dois artigos de Adriano Moreira completam este livro. Adriano Moreira assume-se claramente como alguém a quem os anos e a experiência política deram um estatuto especial para falar sobre os EUA enquanto potência sobrance e desse momento de rotura em que, a propósito do Iraque, o Ocidente se dividiu no Conselho de Segurança da ONU. Aliás, o regresso à legitimidade da ONU e à solidariedade atlântica são a espinha dorsal das teses aqui desenvolvidas por Adriano Moreira.

Pode perguntar-se: e os restantes textos ainda não referidos estão a mais? Deles se pode dizer que estão sobretudo a menos, apesar de versarem uma temática crucial: “O intelectual, a motivação artística e o terrorismo”. Na verdade, apenas nos dois pequenos textos que funcionam como introdução à temática dos intelectuais – “O intelectual e a criação artística” de João Pedro Silva e sobretudo em “A experiência dos escritores” de José Carlos Venâncio – se aflora a relação dos inte-

lectuais ocidentais com o terrorismo.

Já os textos seguintes “A perspectiva dos pintores: um olhar perturbante” de João Pedro Silva; “A perspectiva dos músicos: a música que eles não queriam que ouvíssemos” de António Luís Ferronha; “A experiência dos intelectuais do terceiro mundo” e “A experiência dos escritores” de José Carlos Venâncio figurariam com muito mais propriedade numa colectânea dedicada não ao terrorismo mas sim à experiência dos intelectuais em regimes ditatoriais. Assim, por mais interessante que seja recordar o percurso de Shostakovich na URSS estalinista ou de Zeca Afonso durante a ditadura portuguesa, o que o leitor esperaria ver abordado nestes textos teria sido, por exemplo, o caso do compositor alemão Karlheinz Stockhausen, que classificou o atentado terrorista de Setembro de 2001 como “a maior obra de arte jamais realizada”, ou a recente problemática vivida no meio cinematográfico



a propósito do documentário “Pelota Basca”, que aborda o terrorismo etarra.

Não deixa de ser significativo que esta colectânea seja muito equilibrada e informada quando fala do terrorismo e dos terroristas enquanto entidades externas ao

nosso mundo, que igualmente tenha textos de enorme pertinência sobre as formas de se combater esse mesmo terrorismo e que fraqueje quando se propõe olhar para o lado de cá, seja esse lado de cá o dos intelectuais ou o do cristianismo. †

* JORNALISTA E ESCRITORA. TEXTO CRÍTICO PUBLICADO NO JORNAL “PÚBLICO”, EM 20 DE MARÇO DE 2004



O Alargamento da União Europeia. Novos Vizinhos

de Maria Regina de Mongiardim

Editorial Prefácio, Lisboa, 2004

ADRIANO MOREIRA*

A noção de fronteira, de conteúdo variável, é permanente na obra já considerável de Maria Regina Mongiardim, a autora de *O Alargamento da União Europeia, Novos Vizinhos*. O seu *Fundamentos Político-Diplomáticos da CPLP* (2002) trata da definição de um espaço da lusofonia, com todos os valores culturais, económicos e políticos, que a língua transporta; depois, o estudo chamado *O Conceito de Fronteira na Época da Mundialização* (2002) ocupa-se da desfibração das fronteiras geográficas, antes sagradas pelos valores patrióticos, hoje

reavaliadas pelas integrações em grandes espaços variáveis; usando uma experiência participante de profissional escreveu sobre as fronteiras interiores da Espanha o ensaio que intitulou *Os Nacionalismos Periféricos em Espanha - Sua Projecção Internacional* (2002), que analisa a evolução da *Espanha, una, grande e livre para a Espanha das nacionalidades*, com a redefinição interna de fronteiras que continua fonte de incertezas; as *Reflexões Sobre o Terrorismo Internacional* (2003) enfrentam esse desafio sem fronteiras que em 11 de Março corrente fez de nós todos espanhóis.

»»

Agora, o trabalho sobre *O Alargamento da União Europeia, Novos Vizinhos* (2004) tem como núcleo central este conceito: “tudo menos as instituições é, segundo Romano Prodi, a palavra de ordem da política europeia de vizinhança ou de proximidade. Ou seja, o reforço das dimensões política, económica, social, cultural e institucional de relacionamento bilateral da União com todos os países situados na vasta região que a cerca, e que se estende desde o Mar de Barents, a Norte, ao Mar Negro, a Sul, desde a margem sul do Mediterrâneo frente a Espanha, aos países mediterrânicos situados a Leste deste Mar, sem naturalmente incluir a hipótese de uma futura adesão desses mesmos países”.

Na análise desta mudança, que é mudança profunda em relação ao projecto inicial de Jean Monnet, o *Inspirador*, que é mudança radical de conceito estratégico, que é mudança sem precedente de integração cultural, a autora alia à disciplina académica que lhe valeu o Doutoramento em Relações Internacionais com a maior classificação, a experiência diplomática de

sobrepôr a razão à emoção. O livro não descuida os reflexos desta alteração do conceito europeu sobre a conjuntura portuguesa, cuja evolução das fronteiras foi acelerada, e até dramática, desde o fim da Segunda Guerra Mundial e fundação da ONU: alteração das fronteiras geográficas, e autonomização das fronteiras económica, política, de segurança e cultural. Nem sequer a mudança do conceito histórico secular que se traduzia em reconhecer o Muro de Castela como o da única vizinhança política, quando agora o Marrocos, até ao presente com tendência ocidental, deverá ser reconhecido como a segunda fronteira geográfica portuguesa. Todavia, inscritos no grande espaço que é a União Europeia em alargamento, este ensaio da Maria Regina é uma referência oportuna, acrescentarei que indispensável na língua portuguesa, para meditar sobre os efeitos, talvez nem todos previstos e assumidos do alargamento. Referirei antes de mais a complexidade cultural crescente do espaço europeu: quer pelo desenvolvimento do fenómeno das minorias europeias que mul-

tiplicaram as providências legais depois da guerra de 1914-1918; quer pela presença vultuosa dos trópicos na Europa, fenómeno onde avultam os 15 milhões de muçulmanos; quer pela prevista admissão da Turquia que trará consigo a questão dos *curdos* a acrescentar aos problemas interiores dos bascos e dos irlandeses do Norte; quer pela definição de vizinhanças a sul com os países do Norte de África; quer pela vizinhança com a Rússia recuperada para o estatuto de um Estado igual aos outros, e trazendo de acréscimo temas como os da Bielorrússia, da Ucrânia, da Moldávia.

Julgo que o primeiro trabalho que se ocupou de Portugal na balança da Europa, quando se desenvolvia a primavera das Nações, foi o ensaio de Almeida Garrett, que é necessário recuperar para a leitura da conjuntura em que nos encontramos. Depois disso, sobretudo após a adesão de Portugal à Europa, sem outra escolha, multiplicaram-se os estudos, mesmo universitários, em parte procurando identificar o *eixo da roda* que defende as identidades europeias para além de todas as mudanças. Todavia,

o presente trabalho é talvez o primeiro que se ocupa da verdadeira mutação causada pelo alargamento que foi inspirado pela queda do Muro de Berlim em 1989, pela reunificação da Alemanha que Estados europeus da linha da frente temeram, e que parece ter levado a expropriar para a União o conceito da NATO que prometeu e conseguiu levar a liberdade do Atlântico aos Urais. Esta definição da Europa, agora com programa constitucional em discussão, não tem precedente histórico, salvo antecedentes utópicos dos projectistas da paz a lidar com estruturas políticas e repartos territoriais completamente diferentes. A percepção dos novos vizinhos que inspirou a autora deste livro, é uma premissa indispensável para reorganizar objectivos, inventariar capacidades, conciliar memórias históricas, confrontar modelos culturais, exercitar soberanias cooperativas, formular estratégias de segurança, de expansão, de dinâmicas da mudança que preservem a paz. Naturalmente, o ensaio não podia deixar de inventariar e sistematizar notas, pronuncia-



mentos, inquietações sobre a Wider Europe, que de resto inquieta os parlamentos, os analistas, os comentadores, e desafia escalas de valores historicamente consolidadas e experiências secularmente vividas. Mas esse trabalho acadêmico é indispensável para articular as redes de inquietação, de inspiração, e de decisão de cada país, com a rede em desenvolvimento da unidade europeia, da sua forma política, da sua emergência como pilar da segurança atlântica, programando a coerência do peso econômico com a influência política. Tudo a desafiar o conjunto que se torna progressivamente complexo, mas a desafiar também

cada unidade do sistema para o qual vai transferindo competências, por vezes dependências, preferivelmente esperando fortalecer as solidariedades do conjunto. Por isso as páginas conclusivas do ensaio são dedicadas aos reflexos assumidos ou colaterais no que virá a ser o conceito estratégico nacional, um tema que movimenta a sociedade civil portuguesa, esperando-se que a caminho de as contribuições serem avaliadas pelos eleitorados e eventualmente consideradas pelos centros decisórios. Os trabalhos acadêmicos, como o presente, não têm maior ambição. Mas é uma grande ambição. †

* TEXTO LIDO NA APRESENTAÇÃO DO LIVRO, NO PALÁCIO GALVEIAS, EM 30 DE MARÇO DE 2004



O Quarto Equívoco

de Mário Mesquita

Ed. Minerva, Coimbra, 2003

MARIA EMÍLIA BREDERODE SANTOS*

Trata-se de uma obra que traduz "10 anos de estudo e reflexão" de alguém que não é só um dos maiores estudiosos desta temática como conjuga em si várias qualidades: professor, investigador, erudito, jornalista e director de jornais, o primeiro provedor do leitor num jornal português e sobretudo o cidadão empenhado na construção de uma democracia moderna e dignificante para todos. Estas qualidades dão ao que escreve uma espessura e uma densidade invulgares e uma perspectiva original.

O livro reúne 27 textos, sendo 7 inéditos e os restantes cor-

respondentes a artigos de revistas científicas, conferências, intervenções em congressos nacionais e internacionais da Universidade de Coimbra à de Vigo, da de Évora à de Lovaina, e de instituições como a Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação ou o Institut Nacional de l'Audiovisuel - num período que abrange fundamentalmente a década de 90.

Poderíamos pensar estar perante um conjunto avulso de textos cuja republicação se justificaria pelo nome do seu autor e pela qualidade de cada um deles. Ora na realidade o livro lê-se como se tivesse

»»

sido escrito de uma forma ordenada e planificada, com muito mais coerência interna do que o próprio autor lhe atribui.

O título, em três palavras, sintetiza o conteúdo do livro e a sua forma de abordagem. "O Quarto Equívoco" remete-nos logo para "o quarto poder", expressão usada e abusada nos tempos que correm não só para denunciar o poder excessivo dos media, mas também para insinuar um paralelismo com os "poderes republicanos" e, portanto, evocar a necessidade de limites e contrapesos. Mas ao substituir "poder" por "equívoco", Mário Mesquita problematiza a questão: questiona e provoca.

Logo a seguir vem o subtítulo explicar tranquilamente: "O poder dos media na sociedade contemporânea".

Esta é uma das características do estilo Mário Mesquita: questionar com erudição e ironia para, depois, reinventar um Norte, recriar uma "ordem"...

É então dessa questão, hoje, de facto importantíssima, do poder dos media - e dos seus equívocos

- que o livro de M. Mesquita vai tratar.

Recorda desde o papel da imprensa no caso Dreyfus às grandes sagas do jornalismo investigativo dos anos 70 - mas também os diversos episódios lamentáveis que lhes sucederam nos anos 80 e 90 como o escândalo da reportagem ficcionada de Janet Cook no "Washington Post" em 1981 ou as manipulações do jornalismo televisivo nos casos da revolução romena em 1989 e da Guerra do Golfo em 1991 ... Estas sucessivas "derrapagens informativas" fizeram incidir sobre os media e os jornalistas um discurso fortemente crítico - do qual ainda não saímos, sobretudo com as recentes denúncias do jornalismo "enraizado".

M. Mesquita analisa as possíveis causas desta evolução, defende que as imagens de "quarto poder" e de "contra-poder" foram enunciadas em situações onde dominava a imprensa escrita, muito diferentes do actual universo mediático, dominado pela imagem televisiva e pelo entretenimento.

Hoje, a situação caracterizar-

se-ia por uma contaminação da informação pela lógica do divertimento, "o reforço dos critérios de mercado em detrimento das preocupações intelectuais ou deontológicas, a introdução de novos ritmos e velocidades na divulgação das notícias e a subordinação (...) das mensagens mediáticas a uma lógica de espectacularização".

Trata-se, então, de encarar a "actividade jornalística na diversidade de perfis dos seus profissionais, na multiplicidade dos seus géneros e na complexidade do questionamento ético e deontológico que deve estar associado ao seu exercício" e tentar dar respostas actuais.

As tarefas do jornalista seriam, hoje, "informar, narrar e convencer, sem se limitar a agradar", como diria Ricoeur.

E será essa a bússola que orientará Mário Mesquita já que, "em época de crise, perante os ataques que visam reduzir a autonomia da informação jornalística, em nome de interesses estratégicos da política e da economia, a melhor defesa

do jornalismo consiste em proceder lealmente à sua própria crítica. "Esta perspectiva crítica das práticas e dos discursos do jornalismo contemporâneo constitui uma postura que, em educação, designaríamos por "de amigo crítico": alguém que está do mesmo lado, que compreende as dificuldades, os dilemas, e as tentações do jornalista de hoje mas que consegue manter alguma distância e dispõe de recursos informativos, reflexivos, deontológicos para poder questionar e criticar, não para anatemizar os jornalistas, o jornalismo ou os media, mas sim para os aperfeiçoar.

Correndo o risco de ultrapassar as intenções do autor na busca da coerência interna da sua obra, vejo nesta um verdadeiro fio condutor que consistiria, nas duas primeiras partes, na apresentação do tema e sua problematização, ou seja, a identificação do actual poder dos media e da necessidade e possibilidade de limites e de regulações - "respostas" que são tratadas nas partes seguintes: "Perspecti-

»

vas" que inclui referências à Educação para os Media e à formação dos jornalistas; "Deontologias" onde, defende a actualidade e a utilidade da deontologia e da função reguladora do meta-jornalismo. E "Cerimonias" onde M. Mesquita se propõe integrar os grandes acontecimentos cerimoniais numa teoria do estado democrático.

* PEDAGOGA

Seguindo este fio condutor, compreendemos que esta obra não é só sobre o quarto poder, seus limites e regulações, mas que traduz também uma preocupação com as insuficiências e as imperfeições da nossa organização democrática. É que visa não só o aperfeiçoamento jornalístico, mas, sobretudo, o aperfeiçoamento da própria comunidade democrática. †



Precisará a América de uma Política Externa?

Uma Diplomacia
para o século XXI

de Henry Kissinger, Gradiva, Lisboa, 2003

MARIA REGINA DE MONGIARDIM *

Quando a política externa norte-americana — a empreendida pela Administração Bush após os acontecimentos do 11 de Setembro — é objecto de significativas críticas, nos mais diversos quadrantes, considera-se do maior interesse a leitura desta obra de Henry Kissinger. Importante reflexão crítica sobre a conduta internacional norte-americana, ela contém um vasto enunciado de propostas para responder aos

desafios mundiais do novo século, bem como a denúncia de determinadas práticas e princípios que afectam a actual dinâmica internacional, designadamente, o primado da economia sobre a política, o desvirtuamento de alguns princípios universais, a inadequação de certas instituições internacionais, e o facto de as políticas externas dos Estados ocidentais estarem, em grande medida, hipotecadas aos jogos políticos internos, o que lhes

»

retira coerência e lhes confere maior vulnerabilidade face aos reptos do exterior.

Toda a obra é articulada em torno da defesa dos seguintes conceitos: o primado da diplomacia, entendida numa óptica de compreensão pelo “*outro*”, de negociação e compromisso, a prevalência da política em detrimento de uma visão economicista, a autonomia da política externa face à política interna, numa perspectiva de submissão dos interesses conjunturais aos superiores interesses do Estado, estruturais e permanentes, o abandono de uma política externa orientada por factores ideológicos ou qualquer outra espécie de “*clichés*”, a defesa intransigente dos direitos do homem, e a recuperação da geopolítica, como factor de ponderação da política externa.

Nela, o autor traça um quadro do actual ambiente internacional, da atitude e desafios dos EUA, das suas relações com a Europa, das mutações nas democracias ocidentais, da Ásia e suas complexidades, do Médio Oriente e da África (que reúne num só capítulo, como “*dois mundos em transição*”), da globalização, dos princípios da

paz e justiça internacionais, da sociedade de informação e dos temas candentes da agenda internacional, como o terrorismo, o conflito israelo-árabe, o Iraque, a Aliança Atlântica e a Rússia.

Henry Kissinger acentua o papel de hiperpotência dos EUA, com responsabilidades globais acrescidas e desfrutando “*de uma superioridade inigualável, mesmo quando comparados com os maiores impérios do passado*”. Facilmente perceptível nesta sua afirmação, é-o, também, na própria organização da obra, de recorte mundial. No entanto, não escamoteia o paradoxo do escasso interesse americano pela política externa, apontado como uma das causas da alegada incapacidade dos EUA desenvolverem políticas coerentes perante as realidades internacionais emergentes, denunciando o que chama de “*duplo mito*” americano, consequência da sua prosperidade e da vitória na Guerra Fria: o *mito da esquerda*, que confere aos EUA uma atitude missionária de derradeiro árbitro dos problemas internacionais; e o *mito da direita*, assente na afirmação da hegemonia americana e na imposição das suas soluções. Para este analista

político, mais importante do que o debate em torno dessas perspectivas – valores *versus* interesses –, interessa a sua fusão, única forma de conferir coerência e continuidade na orientação política externa. Subtileza ideológica e capacidade de delinear uma estratégia de longo alcance, são dois aspectos em falta nos EUA, onde o mundo tende a ser visto sempre sob o prisma dos valores que regem a própria sociedade norte-americana.

Com semelhante espírito, a presente geração de líderes norte-americanos tende a confundir política externa com política económica e a insistir nas virtudes americanas, razão pela qual a diplomacia dos EUA se tornou “*uma série de propostas de adesão a um programa político americano*”, ignorando que a globalização económica não substitui a ordem internacional, apesar de ser um componente importante, que, paradoxalmente, acabaria por gerar maiores tensões, tanto dentro como entre as sociedades, e por aumentar as pressões sobre as lideranças políticas mundiais. Acresce a tudo isto um cenário de reconstituição do Estado-nação,

velho pilar do sistema internacional, segundo duas tendências contraditórias: a sua diluição em *grandes espaços* regionais e a desarticulação, pela força, de comunidades étnicas.

Considera o autor que a experiência histórica dos EUA pouco os preparou para afrontarem o mundo em mutação. Em segurança entre dois oceanos, rejeitaram o conceito europeu de equilíbrio de poderes, convictos de que a paz mundial radicaria na promoção universal dos seus próprios valores, sem cuidarem da complexidade e heterogeneidade desse mesmo mundo, das rivalidades étnicas e culturais existentes, das diferentes atitudes em relação à vida humana, da deslocalização das sedes de poder e das alterações das próprias formas de poder, relativamente às quais as decisões políticas e as capacidades dos políticos correm o risco de ficar reféns dos avanços tecnológicos e da sofisticação da economia.

Na presente ordem internacional, a impossibilidade de se ater a um só modelo de análise ou de se privilegiar uma só perspectiva (valores ou poder, ideologia ou

»

“*razão de Estado*”) releva, segundo Kissinger, da coexistência de quatro diferentes sistemas internacionais e do respectivo estágio de desenvolvimento histórico: o sistema transatlântico, onde vingou a visão idealista norte-americana da democracia e do desenvolvimento económico, apesar dos diferentes pontos de vista internos, e onde as ameaças surgem, principalmente, do exterior; o sistema asiático, de equilíbrio instável, onde as grandes potências são rivais estratégicos, com uma dimensão geográfica e populacional a ter em conta, sobretudo, quando comparada com o mundo ocidental, mas onde poderá vingar uma balança de poderes similar à da Europa de *novecentos*; o Médio Oriente, imerso em problemas de raiz ideológica e religiosa, tal como na Europa do século XVII, e onde se não aplicam nem os critérios de Westfália, nem os fundamentos económicos, que regem a região atlântica e o hemisfério ocidental, nem os estratégicos, que predominam na Ásia; e a África, retalhada por fronteiras artificiais herdadas do sistema colonial e abandonada aos conflitos étni-

cos, ao subdesenvolvimento, às epidemias do século e à devastação das guerras civis, em crise de sobrevivência e à espera que a comunidade internacional assuma a iniludível responsabilidade de mitigar e erradicar os seus problemas.

Refere Kissinger que, no hemisfério norte, a guerra deixou de ser um instrumento da política entre os Estados, apenas confinado às franjas da Europa e a determinados grupos étnicos. Pedra angular da política externa americana, desaparecida a ameaça soviética, a parceria atlântica passava a representar o pilar fundamental da ordem internacional, ao mesmo tempo que a globalização aprofundava os laços económicos e reforçava a interdependência das economias de um e outro lado do Atlântico.

No entanto, as relações transatlânticas não estão isentas de controvérsias nos campos político, económico e da segurança e defesa. Desaparecido o inimigo comum – a URSS –, reavivaram-se os métodos tradicionais da diplomacia nacional e produziu-se uma acentuação das políticas internas. Simultaneamente,

a integração europeia deixava de ser vista como um instrumento de fortalecimento da parceria atlântica, sendo encarada por alguns dos seus adeptos como um contrapeso aos EUA, ao mesmo tempo que, de ambos os lados do Atlântico, os aliados tentavam redefinir as suas relações com Moscovo, em obediência a um jogo de compensações estratégicas e de contrapesos políticos entre os três vértices do triângulo de poder formado por Berlim/Moscovo/Washington. Este jogo haveria de se repercutir na alteração estrutural da Aliança Atlântica, como consequência dos sucessivos alargamentos e da criação de uma rede de estruturas institucionais cruzadas e paralelas, designadamente com a Rússia, e na diluição dos seus conceitos de segurança originais, desvirtuando a sua natureza e pondo a nu a diversidade de interesses dos aliados. Neste contexto, deixaria de haver de ambos os lados do Atlântico objetivos comuns e uma harmonização equilibrada dos interesses nacionais, enquanto se aprofundava o fosso entre as diferentes perspectivas sobre a ordem internacional e seus ins-

trumentos, dando azo a que o *triumfalismo* norte-americano, misto de arrogância e de indiferença, derivasse numa perspectiva hegemónica, e que a identidade europeia emergente se posicionasse como contraponto aos EUA. Face a este cenário, Kissinger defende que, apesar de não haver uma ameaça comum que congregue, de novo, os elementos desgarrados da parceria atlântica, “a geopolítica não desapareceu como elemento da política internacional”, pelo que, não apenas a Europa, sem os Estados Unidos, poderá tornar-se uma “extensão peninsular, ou mesmo um refém da Eurásia”, mas também os EUA, separados da Europa, correm o risco de se tornarem “uma ilha ao largo das costas da Eurásia”, sendo obrigados a seguir, em relação à Europa, a estratégia do equilíbrio de poderes que sempre rejeitaram. Kissinger mantém que a Rússia continua a ser um elemento perturbador da Europa e da ordem mundial, pelo que este recado não tem apenas como destinatários os EUA, defendendo, neste contexto, o abandono de posições paternalistas, de perspectivas políticas de curto prazo, a adopção de um

»

sistema comum de defesa alargado, com cobertura europeia, e a criação de uma zona de comércio livre transatlântica.

Estas considerações apoiam-se na constatação de três desafios determinantes para o futuro dos países da orla atlântica (económico, demográfico e evolução da vasta região a leste e a sul da NATO e da UE), onde “*o caos espreita*”. É, portanto, do interesse dos EUA envidar “*todos os esforços para revitalizar a relação atlântica e para ajudar a definir um conjunto de objectivos comuns, para tratar a Europa como um parceiro próximo e para a consultar devidamente antes das grandes decisões*”. A parceria atlântica deveria, assim, ser estruturada em novos moldes, visando o reforço da confiança e da cooperação entre os aliados, mediante um novo padrão de consultas transatlânticas, em função dos avanços da construção europeia, e uma nova abordagem da cooperação, segundo um esquema de “*círculos sobrepostos*” das áreas militar (onde a NATO não seria a única instituição de referência), económica (Área de Comércio Livre Transatlântica), e política (Comité Directivo Atlântico).

Na América Latina, com a democracia e a economia de mercado instaladas, e o processo de globalização em curso, as grandes preocupações radicam nas assimetrias sociais, no aumento da violência e na emergência de um novo nacionalismo, que faz do confronto com os EUA a principal matriz da respectiva identidade. Aqui, o grande desafio dos EUA consiste na capacidade de contrariar a fragmentação do continente em blocos concorrentes, através da *Iniciativa das Américas*, de abandonarem uma visão unilateral e militarista (ex.: Plano Colômbia), e de enveredarem por uma política de cooperação, que elimine as resistências nacionais à estruturação do hemisfério ocidental. Segundo o autor, esta região representa um “*microcosmos*” dos desafios internacionais que os EUA enfrentam, ilustrando as oportunidades de uma economia global baseada nas forças de mercado, e a necessidade de construir “*uma ponte entre as estruturas económicas e políticas*”.

Quanto à Ásia, complexa região da geopolítica mundial, a questão é conseguir um equilíbrio entre países ricos e pobres, países

industrialmente avançados e países subdesenvolvidos, países de grandes e pequenas dimensões, de natureza arquipelágica ou continentais, de elevada densidade demográfica, de diferentes credos e religiões, países detentores de armamento nuclear, países hegemónicos e dependentes, países rivais e de forte desconfiança recíproca. Inviabilizar a emergência de um bloco hostil, que ponha em causa a presença dos EUA na região (a economia da Ásia é responsável por mais de 60% do total das trocas comerciais dos EUA), constitui o principal objectivo estratégico.

Ao contrário do *equilíbrio de poderes* na Europa de *novecentos*, sustentado por Estados-nação de composição etnocultural relativamente homogénea, não existe na Ásia um só equilíbrio, mas dois, em que o papel das principais potências é instável: o do Nordeste (China, Rússia, Japão e EUA, diferentemente orientados sobre a questão coreana); e o do Sudeste (China, Índia, Japão, EUA e Indonésia, principais actores, obrigados a conciliarem os seus interesses com o Vietname, a Tailândia, as Filipinas

e a Austrália). Mesmo em termos de segurança, os países asiáticos coexistem em dois sistemas diferentes - o do equilíbrio global proporcionado pelos EUA e o do não-alinhamento - não permitindo uma abordagem uniforme sobre a construção da ordem asiática.

Apesar de, na Ásia, os EUA nunca terem conseguido implementar um sistema de segurança similar ao adoptado para a Europa (NATO), os EUA beneficiam da ambivalência que as realidades geopolíticas da região imprimem nas políticas nacionais de cada uma das potências, razão suficiente para uma aposta nas relações de cooperação com todos os países asiáticos, evitando situações de confronto alimentadas por falsos pressupostos político-ideológicos. Únicos pontos de intransigência deverão ser as ameaças aos interesses nacionais americanos ou a defesa dos direitos humanos, tão intrinsecamente ligados à sua cultura.

Ponto nuclear da afirmação dos EUA na Ásia, o relacionamento com o Japão constitui um desafio tanto mais forte, é grande o abismo cultural existente e quanto às



relações entre os dois países podem ver-se afectadas com a nova conjuntura mundial e regional, decorrente do desaparecimento da ameaça soviética e da crescente influência da China e da Coreia do Sul, a recuperação da autoconfiança nipónica e os efeitos colaterais da postura regional de Washington. E Kissinger alerta para o aumento do orçamento japonês de defesa (segundo maior do mundo), revelador da vontade nipónica de maior autonomia, pelo que só um diálogo mais equilibrado será capaz de relançar as relações bilaterais, impedindo o Japão de enveredar por uma via nacionalista de tipo imperial.

A dupla exigência dos EUA será, pois, redefinir a sua aliança com o Japão e manter a sua ligação com todos os países da região, cuidando de compreender as sensibilidades culturais e estratégicas dos Estados em presença, quer no tocante às relações sino-americanas e suas repercussões no relacionamento bilateral com o Japão, quer no que se prende com a política americana sobre o futuro da península coreana, atendendo ao desequilíbrio

estratégico que a alteração do presente *status quo* poderá representar, a que não será indiferente a presença das tropas americanas ao longo do paralelo 38, e o perigo de um recrudescimento dos sentimentos nacionalistas coreano, chinês e nipónico, nomeadamente, quanto ao futuro das bases americanas no Japão.

A relações com a China têm que ser reconsideradas. Refém da política interna, a política dos EUA tem oscilado entre duas escolas de pensamento que defendem, ora uma “*parceria estratégica*”, negada pelos factos, ora uma postura semelhante à que foi mantida com a URSS, durante a Guerra Fria. O diferendo sobre Taiwan surge, neste quadro, como um instrumento destinado a enfraquecer a China, o que, segundo Kissinger, constitui um erro estratégico, porque nem o contexto asiático é equiparável ao da Guerra Fria, nem os EUA deveriam arriscar, sozinhos, uma política de contenção, salvo se fossem directamente ameaçados. Ao contrário da URSS, a liderança comunista chinesa não procura a dominação

mundial, nem desafia a estrutura interna de outros países, com base na ideologia. É o nacionalismo, e não o comunismo, que poderá levar a China a um confronto com os EUA, por causa de Taiwan. É convicção de Kissinger que a política externa de Pequim tem um carácter mais defensivo, do que agressivo, em particular no que respeita aos EUA, geograficamente distantes e sem nunca terem representado uma ameaça territorial para a China.

Face à China, o desafio dos EUA radica na capacidade de conduzir um diálogo permanente e construtivo sobre questões sensíveis, como o futuro da Coreia, a proliferação de armas nucleares e toda uma panóplia de temas da chamada “*New Age*” (ambiente, cultura, educação, etc.). Dito de outra forma, o desafio americano está, não em prosseguir uma estratégia de domínio, mas em procurar estabelecer um equilíbrio entre as “*várias constelações políticas emergentes na Ásia*”.

Dividido pela religião e pela ideologia, o Médio Oriente encontra no conflito israelo-árabe a sua cisão mais evidente, mas não exclusiva, relativamente ao qual os

EUA têm dedicado, de forma inglória, parte do seu esforço político-diplomático. Diz o autor acreditar que a solução deste conflito, por assentar em posições religiosas, culturais e territoriais irreduzíveis, passe pela exaustão física ou psicológica de uma das partes e não pela celebração de um acordo. A proposta mais realista seria, a seu ver, não um acordo definitivo, que as partes não estão dispostas a aceitar, mas a demarcação da coexistência e uma série de acordos provisórios e parciais. Desconhece se já estarão reunidas as condições necessárias para o efeito ou se, pelo contrário, serão precisos mais “*testes de força*”. Sem coincidência entre as partes, designadamente no que toca ao estatuto de legitimidade e sua aceitação irrevogável, será difícil uma acomodação negociada de perspectivas tão antagónicas e interesses tão opostos, como os que ali se observam. Daí que a mediação de Clinton tenha optado por *adiar* a solução dos temas mais sensíveis, mas essenciais, como o futuro de Jerusalém, os refugiados palestinianos, a soberania, a água e o estatuto militar dos

»

territórios palestinos, privilegiando a dissuasão e a aceitação recíprocas, entre Israel e a Autoridade Palestina. A realidade, porém, acabaria por desvendar as ambiguidades, incentivando as controvérsias entre israelitas e palestinos, enquanto nos EUA mantinham uma visão demasiado idealista sobre o conflito e a atitude das partes, agravadas pela natureza pan-islâmica que as negociações assumiram devido à associação dos lugares sagrados às disputas territoriais. Desacreditados pelos revezes anteriores, os EUA defrontam-se com o declínio da sua influência na região, o qual é inversamente proporcional à intransigência das partes, ao incremento do terrorismo subsidiado a partir do exterior e à recuperação de Saddam Hussein.

Num enunciado de nove propostas de solução para o conflito israelo-árabe, o autor dá primazia à coexistência e às questões territoriais. As demais questões ficariam para acordos posteriores, em função da posição de força de Israel na organização da agenda das negociações, o que é revelador da sua simpatia pela

parte israelita, e o leva a defender a exclusão desse processo, quer dos europeus, por alegado favoritismo para com os palestinos, se bem que advogue a necessidade de consultas aliadas, quer de países árabes (Egipto ou Arábia Saudita), invocando razões de ordem e coesão internas. Para Kissinger, o problema radica nos riscos de isolamento dos EUA e de imposição de uma solução a Israel, se bem que discorde que os EUA garantam a segurança de Israel, visto considerar que arrastaria o país a envolver-se nos conflitos regionais.

Mas, são as divisões no mundo árabe e as posturas do Iraque e do Irão, que o autor diz constituírem a maior ameaça para a segurança e prosperidade americanas, devido, até, aos seus efeitos de propagação geográfica. Por razões de regime e de conduta internacional dos dois países, associadas à proliferação das armas de destruição maciça, ao terrorismo e à exportação da revolução fundamentalista islâmica, os EUA adoptaram uma atitude de “*dupla contenção*”, cujos benefícios têm decorrido, sobretudo, da hostilidade entre estes

Estados mais poderosos da região. Porém, os efeitos colaterais da conduta dos mesmos revelam-se particularmente lesivos da estabilidade na zona.

Considera o autor que os EUA têm cometido vários erros táticos, designadamente aquando da Guerra do Golfo, ao permitirem que Saddam Hussein, embora derrotado, conseguisse escapar a todas as consequências da derrota, reforçando a posição do Iraque como elemento perturbador da região.

No caso do Irão, a principal preocupação reside na hostilidade de Teerão para com os EUA e na sua manifesta vontade em minar a diplomacia para a paz no Médio Oriente, através, designadamente, do apoio ao terrorismo. Não havendo, afirma, uma motivação geopolítica americana que fundamente essa hostilidade, várias têm sido as ocasiões em que Washington manifestou vontade para normalizar as relações bilaterais, sob condição do regime de Teerão acatar as regras internacionais e as boas normas de convivência. Neste particular, a insistência dos aliados europeus sobre a conveniência de prosseguir um “diálogo

crítico” com o Irão tem contribuído para afectar a relação atlântica, se bem que Kissinger considere que a administração americana tem feito também demasiadas concessões que, em lugar de moderar as posições iranianas, só poderão reforçar a sua intransigência. Segundo o autor, a única abordagem a esta problemática deveria consistir num consenso político transatlântico, firme e consistente, associando a diplomacia a pressões adequadas, e uma abertura diplomática concertada em relação ao Irão.

O fortalecimento das relações dos EUA, mas, também, da Europa, com a Turquia, pela sua localização geoestratégica e orgulho nacional, e um diálogo estratégico mais intenso com a Índia, a prazo, devem fazer parte da perspectiva americana de modelar a estabilidade na zona.

“A África pesa na consciência americana”, afirma Kissinger, pelo perfil da sociedade americana, pelas históricas condições de vida dos afro-americanos, pelos endémicos problemas do continente africano e pelo alheamento dos EUA face a esta região, minada



por guerras étnicas, pela corrupção, pela fome e pelas epidemias. “*O desastre vivo da nossa época*”, se não houver da parte do povo americano e da comunidade internacional um verdadeiro compromisso com o continente africano, refere o autor.

Não são questões de segurança, mas sim exigências de ordem moral que impõem uma nova política para a África, segundo uma abordagem global, que alie os aspectos políticos, económicos e sociais a considerações morais e práticas. Nesse sentido, a forma de cooperação mais adequada para fazer frente aos problemas estruturais do continente deveria ser a intervenção das Nações Unidas, das ONG’s, de outras instituições internacionais e do sector privado. O combate à sida seria um dos planos prioritários desta acção conjugada, alargada a todo o continente.

Os EUA e demais países industrializados seriam responsáveis pela implementação urgente de um programa que materializasse a ajuda ao desenvolvimento, e contemplasse a formação técnica, o progressivo desmantelamento alfandegário para os pro-

ductos agrícolas dos países que respondessem aos critérios de desenvolvimento, e o perdão da dívida. As questões de segurança ficariam a cargo dos próprios africanos, com a Nigéria e a África do Sul a desempenharem um papel de Estados directores, cabendo aos países industrializados a ajuda na criação e treino de uma força africana de manutenção da paz.

A seguinte abordagem de Kissinger versa sobre a globalização, único sistema económico mundial jamais existente que, baseando o crescimento na interdependência e no mercado livre, pôs em causa o papel do Estado-nação – velho pilar do sistema internacional –, sem contudo afectar os EUA, principal força motriz desta revolução económica e tecnológica a nível planetário. O autor mostra-se pessimista perante a possibilidade de uma crise que, tendo apenas um calendário imprevisível, tem como certas as consequências avassaladoras do seu impacto. Regendo-se por critérios exclusivamente económicos, o sistema global delapida compromissos e lealdades, sobretudo quando,

no mundo em desenvolvimento, a penalização se impõe à recompensa, aumentando os sacrifícios e os ressentimentos por eles provocados. Nesse mundo, a adoção do modelo americano constitui uma mudança revolucionária que não se compadece, nem com os padrões de vida habituais, nem com os tempos demasiado longos das reformas necessárias, gerando uma maior desestabilização social e política. Ao contrário da economia, a política divide o mundo em unidades nacionais que, por uma questão de sobrevivência, procuram inverter ou amortecer o impacto deste processo, mediante medidas de austeridade ou proteccionistas, que acabam por se revelar ainda mais nocivas. Concorrendo com este cenário, a vulnerabilidade do sistema financeiro internacional e a situação indefesa dos países de menor dimensão perante as crises desencadeadas e as soluções impostas pelo FMI, mostram à exaustão quão penalizantes são as suas consequências que, de económicas e financeiras, se transformam em políticas e sociais, agravando o fosso entre países ricos e pobres. Mas o mundo globalizado

mostra uma outra tendência, que diz respeito ao fosso existente dentro das próprias sociedades, favorável à agitação política, entre os que têm acesso aos bens da globalização e os que deles se vêem privados.

As manifestações antiglobalização, condenadas por Kissinger pela sua natureza “*violenta, farisaica e nihilista*”, constituem, no entanto, sérios avisos dos que se crêem à mercê de forças que são incapazes de combater, mas que se impõem a todos os âmbitos mais recônditos das sociedades carenciadas. Na hipótese de uma recessão no mundo industrializado, instalar-se-ia o caos e a iminência de um assalto político dessas mesmas sociedades menos favorecidas. Donde, o imperativo de rejeitar a falsa ideia do carácter autocorrector e sem relação com a política, dos fenómenos económicos, e o supremo desafio de humanizar o processo de globalização, mediante o reforço da base política, dos compromissos não eleitoralistas dos seus responsáveis, e do sentimento de responsabilidade social. Para além disso, requer o auxílio dos EUA na identificação dos problemas

»

e na definição de fóruns de debate e decisões, que não sejam o espelho da ineficácia do actual G-8, mero “*exercício de relações públicas*”.

Considera Kissinger que, a aceitação quase generalizada de determinados princípios universais de aplicação compulsiva pela ONU ou por um grupo de Estados, em nome da paz e da justiça universais, indo contra os princípios tradicionais da soberania e da não-ingerência nos assuntos internos dos países constituem uma das mais profundas alterações internacionais produzidas nas últimas décadas. Diz ainda tratar-se de princípios de chancela ocidental que, até finais da Guerra Fria, se tinham limitado quase exclusivamente aos EUA, o que pode apontar para um intervencionismo global de consequências imprevisíveis. Em nome dos direitos humanos, a separação entre os domínios interno e externo da política deixou de existir, ao mesmo tempo que já não se confia no Estado-nação para que a justiça seja feita, devendo esta ser delegada numa autoridade supranacional, de carácter técnico, com direito

a utilizar a força para o cumprimento das suas leis. Fervorosos críticos do intervencionismo subversivo soviético, os EUA jamais aceitaram o princípio da não-ingerência quando se trata de agir em nome dos seus próprios valores, julgados excepcionais, o que revela a sua incongruência. O salto histórico do “*destino manifesto*” à “*fé na missão universal da América*” fez-se em curtas décadas, mediante o prisma dos valores americanos e a adopção da força como sanção derradeira, a transposição das características mais genuínas do isolacionismo americano para um globalismo messiânico, donde resultaria uma “*desastrosa combinação de impulsos globalistas e missionários*”, que pretende refazer a nova ordem a partir da interferência nos assuntos domésticos, descurando as sensibilidades das bases populacionais. Depois do interregno da presidência Clinton, impregnada pela defesa dos direitos humanos como objectivo fundamental da política externa, esta tornava-se cada vez mais dependente da política interna, graças à falta de um poder alternativo, ao fim do conflito ideológico

maior, à prosperidade americana e à adopção do modelo americano por quase todo o mundo. A nova doutrina da intervenção humanitária que daí decorreria e onde não entravam considerações de ordem estratégica ou de equilíbrio de poder, se acalentava o multilateralismo, acarretava o risco, segundo Kissinger, de transformar os EUA e os seus aliados nos “*polícias do mundo*”, em especial, quando se verifica a impossibilidade de verificação de factores elementares para a sua validade como, a aplicação universal do princípio, a sustentação das acções pela opinião pública americana, a aceitação pela comunidade internacional, e a relação com o contexto histórico. Em vez de vingar, foram mais os casos em que a nova doutrina se viu condicionada na sua aplicabilidade (Rússia/Chechénia, Sudão, Somália), pela incompatibilidade de princípios antagónicos ou díspares, pela desproporção entre meios e fins, pela incerteza do sucesso e pelo divórcio entre interesses humanitários e nacionais. “*A doutrina da intervenção humanitária acabaria por se tornar um paradoxo: um princípio universal em busca de consenso*”,

correndo o risco de “chocar com o próprio conceito de humanitarismo”, sobretudo quando, apresentada como verdade universal, entra em conflito com outras verdades imanentes e concorrentes. Na realidade, os países em desenvolvimento tendem a interpretar a intervenção humanitária como um mecanismo neocolonialista, suscitando reservas mesmo em países democráticos.

Em semelhante cenário, afirma Kissinger, os EUA estão obrigados a encontrar uma nova definição de interesse vital, seja ele estratégico ou moral, sendo certo que esta última acarretaria desafios internacionais de extrema complexidade. Confrontada com desafios tão complexos, em que a sua proeminência mundial é um dado mais a considerar, a América vê-se forçada, pela primeira vez, a organizar uma estratégia global para um futuro indefinido, num mundo que, caracterizado por uma multiplicidade de contextos históricos e em constante mutação, onde o papel da sociedade de informação e do conhecimento é um dado incontornável, exige estratégias selectivas, com visão de

»

futuro, e que consigam o equilíbrio entre os valores e os interesses, entre a paz e a justiça. Sem se deixar arrastar por um debate estéril e pueril sobre questões de moralidade nos assuntos internacionais, na procura deliberada da hegemonia, deve, pelo contrário, promover os seus valores através da sua aceitação consensual, eliminando linhas de fractura e muros de resistência. Defende o autor que, só assim a América poderá manter o seu papel central, sem incorrer nos riscos de vingança ou de ser apodada de colonialista.

Querendo fazer uma actualização temática em face dos atentados terroristas do II de Setembro, entretanto ocorridos, no Posfácio,

Henry Kissinger limita-se a tecer considerações correntes sobre tais acontecimentos, a concluir que a questão do terrorismo se funde com o desafio da ordem internacional e a enaltecer a política anti-terrorista da Administração Bush, reiterando, no entanto, muitos dos princípios que explanou ao longo da obra, em especial, sobre a conveniência do consenso e os efeitos perniciosos do unilateralismo, sobre a graduação do tratamento devido a cada um dos países do “*eixo do mal*” ou sobre o domínio de uma estratégia de prevenção de ameaças nas relações com a Rússia e com a China, em detrimento de manobras tácticas de desgaste e confrontação. †

* DIPLOMATA E PROFESSORA UNIVERSITÁRIA

BOLETIM DO
INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO
NOVA SÉRIE | MAIO 2004 | N.º 2

RΘTEIROS

Conselho Editorial

Adriano Moreira

Joaquim António de Aguiar

Maria Regina de Mongiardim

José Fontes

Director

Miguel Anacoreta Correia

Editor

Raúl Alves Fernandes

Propriedade

Instituto D. João de Castro

Redacção e Administração

Rua D. Francisco de Almeida, 49

1400-117 Lisboa

Telefone: 213 032 150

Fax: 213 032 160

E-mail: idjcmoreira@mail.telepac.pt / idjccatarina@mail.telepac.pt

Distribuição

Pedidos à Redacção

Design, paginação e ilustração

Atelier Luís Filipe Cunha

Impressão e Acabamento

Euroscanner

Número de Registo

112874

Depósito Legal

212775/04

Tiragem

1 500 exemplares



Instituto D. João de Castro

Órgãos Sociais

Conselho de Fundadores

PRESIDENTE

Prof. Doutor Adriano Moreira

Conselho da Direcção

PRESIDENTE

Eng.º Miguel Anacoreta Correia

VOGAIS

Pe. Prof. Doutor Joaquim António de Aguiar

Amaro de Oliveira Santos

Margarida de Lima Mayer

Assembleia Geral

PRESIDENTE

Prof. Doutor Adriano Moreira

MESA

Prof.^a Doutora Maria Regina Flor e Almeida

Dr. José Maria Andrade Pereira

Conselho Fiscal

PRESIDENTE

Prof. Doutor António Maria Machado Pinheiro Torres

VOGAIS

Dr. João Maria Abrunhosa Sousa

Dr. José Luís Monteiro Pereira Seixas

Secretário-geral

Mestre José Fontes

Superintendente dos Serviços do Instituto

Eng.^a Catarina d'Orey Moreira